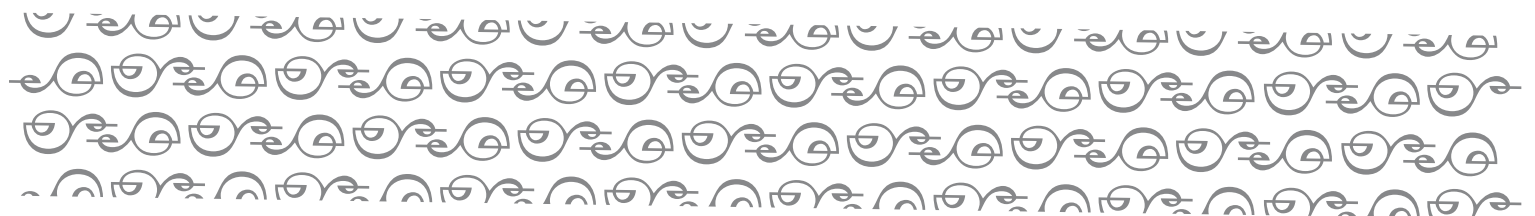




<http://bd.camara.leg.br>

**“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**Tereza Cristina P. Lima**

**A Ação Política dos Intelectuais no Brasil  
(1930-1945)**

**Brasília**

**2008**

## **Autorização**

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial, exclusivamente, para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 25 de fevereiro de 2008.

Lima, Tereza Cristina P.

A ação política dos intelectuais no Brasil (1930-1945) [manuscrito] / Tereza Cristina P. Lima. -- 2008.  
80 f.

Orientador: Casimiro Pedro da Silva Neto.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) -- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2008.

1. Intelectual e política, Brasil, 1930-1945. 2. Cultura política, Brasil. 3. Estado Novo (1937-1945), Brasil. I.  
Título.

CDU 323.329(81)

**Tereza Cristina P. Lima**

**A Ação Política dos Intelectuais no Brasil  
(1930-1945)**

*Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Cefor/CD como parte das exigências do curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo.*

Orientador: Casimiro Pedro da Silva Neto

**Brasília**

**2008**

# **A Ação Política dos Intelectuais no Brasil (1930-1945)**

*Monografia - Curso de Especialização em Instituições e  
Processos Políticos do Legislativo da Câmara dos Deputados – 2º  
Semestre de 2007.*

Aluno: Tereza Cristina P. Lima

Banca Examinadora:

---

Casimiro Pedro da Silva Neto

---

Rildo Cosson

## **Dedicatória**

Aos meus pais, sempre presentes  
Ao meu filho, Filipe, presente de Deus

## **Agradecimentos**

Aos meus pais pela dedicação e amor incondicional em todos os momentos.

Aos meus amigos Eveline, Maria do Desterro e Dr. Paulo Sérgio, por sua ajuda e incentivos constantes. Aos meus irmãos, Celso, Sílvia e Tatyane, amigos de todas horas, mesmo nos períodos de “crise”. A todos que direta e indiretamente participaram dessa caminhada.

Ao professor Casimiro Neto que foi capaz de acolher o projeto e estimular um processo de construção que resultasse em proposta factível e conceitualmente bem articulada.

Pelos defeitos e interpretações, naturalmente, sou a única responsável. E finalmente, ao Filipe, a quem o trabalho é dedicado, pelo apoio e incentivo durante essa jornada, pela compreensão nos momentos de ausência e paciência nas horas de agruras.

*Embora os homens cultivados de uma determinada época possam discordar a respeito das questões que discutem, pelo menos estão de acordo para discutir certas questões. É sobretudo através das problemáticas obrigatórias, nas quais e pelas quais um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época, podendo-se situá-lo e datá-lo (...) O desacordo supõe um acordo nos terrenos do desacordo e os conflitos manifestados entre as tendências e as doutrinas dissimulam, aos olhos dos que deles participam, a cumplicidade em que choca o observador estranho ao sistema.*

**Pierre Bourdieu**

*A economia das trocas simbólicas, 1986, p.207.*



## **Resumo**

Getúlio Vargas governou o Brasil por duas vezes: de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954, ano de sua morte. Norteada por uma concepção centralizadora, a Era Vargas caracterizou-se pelo desenvolvimento econômico, o nacionalismo, o controle sobre os trabalhadores e sobre os sindicatos, o planejamento estatal, a legislação social, os investimentos públicos e, sobretudo, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico. Do ponto de vista político, foi marcada pela precariedade das liberdades públicas, pela fraqueza da participação, por entraves à organização e à institucionalização política. Apropriando-se, à sua maneira, de intervenções políticas que se operavam no plano internacional, a Era Vargas imprimiu ao Brasil conotações autoritárias, populistas e populares, e produziu um modelo econômico e institucional cuja durabilidade foi surpreendente. Neste trabalho procuramos tratar a trajetória da relação entre a ação política e o pensamento intelectual, utilizando-se do elemento histórico para alertar sobre a fraqueza da hipótese que supõe uma bipolarização entre o intelectual isolado e aquele integrado ao contexto político. Destacamos que a “simbiose necessária” entre políticos e intelectuais é resultado da demanda de certo momento histórico no qual os últimos assumem seu papel político e se transformam nos “intérpretes dos anseios da sociedade”.

**Palavras-chave:** Intelectuais, Era Vargas, Estado Novo, Cultura Política.

## Abstraction

The president Getulio Vargas governed the Brazil twice, from 1930 to 1945 and from 1951 to 1954, the year of his death. Guided by a centralized conception of public administration, the Vargas era got characterized by the economic development, the nationalism, the workers and syndicates' control, the estatal scheming, social laws, public investments and, mainly, the State as an important economic agent. From a politic view, Vargas's administration had as characteristic the precariouness of individual liberties, obstacles against social and politic organizations. President Vargas, with his peculiar politic capacity, appropriated historics transformations around the world to introce in Brazil the authoritarianism and populism and stablished an economic and institutional model, whose durability was admirable. On this research we try to show the relation between politic actions and intellectual thoughts, using the historic elements to affirm that it is a mistake the hypothesis that supposes a bipolarization between an isolated intellectual and another integrated in the politic process. It's necessary to call attention that "the necessary symbiosis" between politics and intellectuals is a result of a determineted historic moment when the intellectuals, in their historic roles, become themselves the translators of the society's aspirations.

Key-words: Intellectuals, Vargas era, New state, political culture

## **Fontes e Abreviações**

### **As principais fontes de pesquisas foram:**

a) bibliográfica – Constituída de artigos científicos e livros do acervo da Coordenação de Biblioteca/CEDI; b) documental (fontes primárias) – constituída da revista Cultura Política. Todo esse acervo pode ser consultado no Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e nas Subsecretarias de Anais, de Arquivo e de Biblioteca do Senado Federal. Na página da Câmara na Internet, [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br), estão disponíveis todos os Anais e Diários da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional, desde 1823, localizáveis pelas respectivas datas, por consulta direta. Na página do Senado na Internet, [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br), estão disponíveis todos os Anais daquela Casa.

### **A referência aos termos usados foi indicada pelas seguintes abreviações:**

**AIB** – Ação Integralista Brasileira

**ANC** – Assembléia Nacional Constituinte

**ANL** – Aliança Nacional Libertadora

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda

**LSN** – Lei de Segurança Nacional

**PCB** – Partido Comunista do Brasil

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>1 - Contexto Histórico e Político .....</b>	<b>18</b>
<b>1.1 – A Revolução de 30 .....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 – O Golpe de 37 – O Estado Novo .....</b>	<b>20</b>
<b>1.3 – O governo Vargas e a intelectualidade brasileira .....</b>	<b>24</b>
<b>1.4 – As transformações dos anos 30 .....</b>	<b>27</b>
<b>2 – O governo Vargas e as políticas educacionais .....</b>	<b>32</b>
<b>2.1 – Políticas públicas de educação .....</b>	<b>33</b>
<b>2.2 – Campo educacional na capital da República nos anos 1930 .....</b>	<b>35</b>
<b>2.3 – Planos de Educação .....</b>	<b>38</b>
<b>2.4 – O Ministério Capanema e as reformas educacionais .....</b>	<b>40</b>
<b>2.5 – A educação e a alfabetização escolar .....</b>	<b>42</b>
<b>3 – Cultura e Poder político: divulgação e propaganda .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1 – A revista Cultura Política .....</b>	<b>49</b>
<b>4 – Considerações finais .....</b>	<b>59</b>
<b>5 – Referências .....</b>	<b>62</b>
<b>Anexo I – Cartas testamentos .....</b>	<b>66</b>
<b>Anexo II – Cronologia Vargas .....</b>	<b>71</b>

## Introdução

*...quando os filósofos descem de sua “torre de marfim”  
ou os técnicos ultrapassam sua área de aplicação  
especializada para defender, ilustrar, promulgar idéias  
que têm valor cívico, social ou político, eles tornam-se intelectuais.*

**Edgard Morin**  
**Para sair do século XX, 1986.**

Na leitura dos clássicos e de outras obras relevantes notamos que desde a Antiguidade os intelectuais se colocam ao lado dos governantes e colaboram para a conservação do poder e do *status quo*. E, por outro lado, também sempre existiram os contestadores da ordem e do poder político vigente, os inconformistas e instabilizadores; os que construíram novas ordens e produziram novos contestadores e novos defensores da ordem. Partindo deste ponto levantamos os seguintes questionamentos: qual a postura do intelectual diante dos dilemas do seu tempo, *diante do mundo*? O engajamento é próprio dos intelectuais? É lícito que o intelectual recuse a política? Ele deve se abster de participar do poder? É correto que ele assuma o papel de defensor dos interesses gerais da sociedade? Qual a sua responsabilidade diante da sociedade?

Para Norberto Bobbio o problema da relação entre os intelectuais e o Estado é perene, pois,

Se o homem de cultura participa da luta política com tanta intensidade que acaba por se colocar a serviço desta ou daquela ideologia, diz-se que ele trai sua missão de clérigo [...] Mas se, de outra parte, o homem de cultura põe-se acima do combate para não trair e se desinteressar das paixões da cidade, diz-se que faz obra estéril, inútil, professoral (BOBBIO, 1997, p. 21-22).

As relações entre intelectuais e política no Brasil são objetos de debates e controvérsias, sobretudo no que diz respeito ao sentido de suas relações com o Estado. Ainda que este sentido não permaneça inalterado no curso da história, é possível dizer que, desde os reformistas liberais do final do Império, passando pelos positivistas republicanos, pelos críticos conservadores ou radicais da República, pelos modernistas, bem como seus sucessores ou críticos dos anos 1930 e 1940, não foram poucos os intelectuais que procuraram justificar suas obras e ações num gesto de missão civilizatória ou nacionalista,

como se fossem portadores especiais dos interesses gerais da sociedade.

A atuação dos intelectuais, a partir de 1930, no aparato burocrático ou nos círculos de debates sobre as “questões nacionais” tornou esses atores personagens relevantes na construção de projetos para o Brasil. A participação desses homens nos diversos setores da política brasileira foi marcada por disputas entre modelos de organização e funcionamento do Estado e desenvolvimento da nação.

A crescente intervenção estatal nas diversas esferas sociais, durante o governo Vargas (1930-1945), com a criação de ministérios e institutos, promoveu o recrutamento de pessoal qualificado para exercício de cargos públicos, até então, inexistentes. Os novos espaços de poder possibilitaram a incorporação de intelectuais, especialistas e técnicos no interior do aparelho estatal.

As "chagas nacionais", ou seja, educação e cultura tiveram lugar preponderante nos escritos desses homens; provocaram indignações, protestos, manifestos, debates intermináveis, preencheram centenas de páginas dos grandes periódicos, foram transformadas em disputas políticas, ou melhor, sinônimo de força política. Assim, controlar o aparelho educacional e cultural e orientar suas políticas públicas significavam implementar uma certa direção aos rumos do país. Dentro dessa perspectiva, acreditava-se que as reformas executadas pelo Estado transformariam a sociedade, garantindo ao país acesso à modernidade.

Se há um aspecto que possa ser considerado o mais próximo de um consenso no debate sobre intelectuais, este diz respeito ao fato de que as batalhas de idéias por eles travadas concorreram para o declínio do domínio exercido exclusivamente através de meios coercitivos tradicionais e, nesse passo, para dar forma ao mundo moderno. Justamente nesse movimento, sem que se forjem como um grupo social diferenciado, os intelectuais emergem como “um concomitante da modernização” (BENDIX, 1996, p. 386).

Devido a sua amplitude e complexidade, seria muito difícil, se não praticamente impossível, um exame da política cultural do Estado Novo. Assim, foi imperioso realizar escolhas que definissem objetivos precisos e operacionais. Como o que nos interessa é compreender essa “engenharia social ideológica”, desvendando seu instrumental, seus agentes e alguns dos conteúdos de suas mensagens, elegemos uma área específica de trabalho, que é ao mesmo tempo consistente e exemplar.

O objetivo deste trabalho é investigar a ação dos intelectuais no aparelho estatal,

entre 1930 e 1945, especialmente, em instituições dedicadas à educação e à cultura, onde a presença desses personagens foi marcada por disputas em torno de idéias-força como memória nacional, identidade nacional e cultura nacional. Busca-se compreender, através da análise historiográfica, como os grupos intelectuais que ingressaram ou se opuseram ao Estado apoiavam ou denunciavam os regimes vigentes sob o título de representantes do “povo” e da nação.

Quanto à metodologia empregada, foi utilizado o método histórico-descritivo com o intuito de investigar os fatos relacionados ao tema proposto, suas possíveis projeções e influências no processo legislativo e na sociedade civil. Foi utilizada para o desenvolvimento do trabalho a pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos e livros do acervo da Coordenação de Biblioteca/CEDI. A pesquisa nos Anais de 1934 a 1937 está em péssimo estado de conservação e foi sugerido que fossem consultados via Internet. Porém a pesquisa tornou-se inviável pela lentidão do meio eletrônico e pela falta de um índice confiável. Mas recebemos a informação que os Anais desse período estão passando por um processo para futura republicação. Por esses motivos pretendemos refazer essa pesquisa.

A participação de grupos intelectuais integrados ao Movimento da Escola Nova atesta o interesse desses grupos na definição dos rumos do país, especialmente, na formação dos símbolos e elementos que o representassem. A ideia da educação e da cultura como chaves de mudança, como o centro nervoso de toda sociedade, capazes de identificar o atraso ou a modernização do corpo social, de manterem ou subverterem a ordem despertou em nossos intelectuais uma responsabilidade e uma missão, consideradas, adormecidas: organizar o país, formar e desenvolver o Estado-nação.

Como acentua a literatura sobre os processos de formação de Estados nacionais, é justamente nos momentos de grande esforço de implementação de grandes projetos políticos que a atenção daqueles que dirigem o Estado volta-se para o passado, buscando construir seu “lugar na história” e, dessa forma, relendo e re-escrevendo os fatos e as interpretações do calendário cívico de um país.

Os anos do Estado Novo não são apenas um período fundamental de nossa história política e econômica, por suas marcantes realizações, como também um período crucial de nossa história intelectual, pela efetiva e consistente política cultural implementada. É assim que compreendemos o processo de produção-divulgação das ações políticas do governo

durante o Estado Novo – como um capítulo dessa política cultural mais abrangente e, principalmente, como um investimento intelectual que se justifica pelo momento-chave que o processo de constituição do Estado nacional atravessava no Brasil.

Projetar o Estado nacional significa construir uma “nova” nação o que se faz através de um “novo” modelo técnico-administrativo de Estado. É exatamente nesses períodos que a atenção dos que dirigem o aparelho do Estado busca uma “nova” legitimidade, voltando-se para a mobilização de recursos simbólicos considerados essenciais. O Estado Novo buscava demarcar “seu lugar” na história, precisava refazer o próprio “sentido” da história do país. Para tanto, tornava-se imprescindível a ação de especialistas capazes de recuperá-la e divulgá-la, não só através do sistema educacional formal que então se ampliava, como também através de uma política cultural destinada a um público mais amplo, e em princípio fora do alcance desse sistema escolar.

Esse período de indiscutível mecenato da política brasileira teve como epicentro um conjunto de intelectuais das mais diversas áreas de atuação e da mais variada extração social. A retomada dessa participação em momentos posteriores se beneficia ao lidar com a informação e a reflexão a *posteriori*, mas envolve também um risco: traz, muitas vezes, a marca de simplificações que o olhar distante faculta, já de posse dos dados e dos desdobramentos conhecidos no curso do tempo. Ou, na formulação feliz de Bolívar Lamounier: “No fundo, o que se está projetando sobre o passado é uma aspiração, é um desejo que ocorre numa época posterior. Talvez se possa dizer, então, que o intérprete se coloca como credor do passado em vez de devedor dele, como cumpre ao historiador”.

Essa advertência não deve ser tomada como justificativa ou imputação de completo alheamento ou desconhecimento dos atores no tocante aos processos em que estiveram envolvidos. A advertência nos obriga a incluir mais coordenadas e a ampliar o campo de interpretação em outras dimensões. Uma delas situa a convocação da elite governamental e a aceitação de participação pelos intelectuais no marco do que literatura já consagrou como construção do Estado do bem-estar. No Brasil, esse fenômeno foi associado à Era Vargas. Esse é um ponto para o qual já chamaram a atenção os pesquisadores que se debruçaram sobre a conjuntura dos anos 1930. Tomamos como exemplo um trecho de Lúcia Lippi Oliveira em “*As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado*”:

O Estado Novo em sua complexa trama de “tradição” e “modernização” exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras egressas do modernismo – tanto os que ingressaram nos movimentos radicais



dos anos 30, quanto os que se mantiveram ligados aos partidos tradicionais – foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado... (OLIVEIRA, 1982, p. 508).

Mas esse foi um movimento que não se restringiu ao Brasil. Ao contrário, perpassou toda a América Latina. A montagem de um Estado nacional com vistas ao estabelecimento de políticas de proteção para esferas importantes da vida social – educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio, administração etc. – justificou a demanda de especialistas, envolveu intelectuais de várias áreas do saber e deu chance a homens ilustrados propositivos ou, como quis Guerreiro Ramos, “pragmáticos críticos”, capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos. A entrada e atuação desses intelectuais e homens ilustrados não se diferenciam apenas no estilo. São distintos sobre a concepção da política e de adesão a valores. A classificação de Guerreiro Ramos, aqui reproduzida em nota de rodapé, ilustra a complexidade da relação dos intelectuais com a política dos anos 1930.<sup>1</sup>

Se voltarmos à década de 1920, entenderemos a pronta resposta de tantos intelectuais ao aceno da burocracia estatal do pós-1930. Na área da educação, por exemplo, encontraremos as caravanas pelas reformas em praticamente todos os estados do país. Os reformadores, pioneiros na defesa de um sistema nacional de educação, diagnosticaram a extensão do atraso brasileiro pelo analfabetismo em massa e clamavam por uma política de âmbito federal a favor da educação.

A área da educação nos expõe a uma realidade muito distinta. E talvez possamos compreender tal distinção por ser essa a área que define a orientação de mentalidades e interfere na eleição de valores. Naquele momento da política nacional, esperava-se que a educação inspirasse o que deveria ser “o homem novo” para um “Estado Novo”, como dizia

---

<sup>1</sup> “Entre as figuras *cêntricas* do cenário intelectual da década de 1930, representativas do pragmatismo crítico, destacam-se indivíduos como Francisco Campos, o ideólogo da legalidade do Estado Novo; Gustavo Capanema, que, como ministro da Educação, não só presidiu a reforma institucional do sistema de ensino, como também exerceu o papel de mediador entre o Estado Novo e os escritores mais resistentes à cooptação direta pela configuração de poder; Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães, que, decisivamente, influíram na elaboração de nova legislação trabalhista e da organização sindical. Mais como teóricos do que propriamente como políticos, incluem-se, na galeria, *cêntrica*, Oliveira Viana e Azevedo Amaral, cada um deles, a seu modo, autor de estudos sobre peculiares condições do Brasil, os quais ilustram um posicionamento crítico em relação à ciência e à cultura importadas. Intelectuais independentes no período foram Gilberto Amado, Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa, Caio Prado Júnior, Nestor Duarte. Os livros desses escritores, respectivamente, *Eleição e representação* (1931), *Brasil errado* (1932), *O sentido do tenentismo* (1933), *Evolução política do Brasil* (1933), *A ordem privada e a organização política nacional* (1939), foram tentativas de diagnóstico dos regimes políticos do país, largamente imunes aos vícios típicos do posicionamento hipercoreto. Entre os intelectuais confrontivos, de minha classificação, incluem-se certamente Luís Carlos Prestes, Otávio Mangabeira, Aparício Toreli (o barão de Itararé), e outros” (RAMOS, 1982, 537).

Gustavo Capanema, em eco às falas do próprio presidente Getúlio Vargas. As disputas entre projetos e o embate de ideias têm no campo da educação seu espaço de luta mais publicamente consequente. E na educação podemos acompanhar, de forma mais intensa, o movimento de adesão ou expulsão, incorporação ou reclusão, que intelectuais como Anísio Teixeira exemplificaram com a própria vida pública.

Pensando na cultura, basta acompanhar as viagens de Mário de Andrade pelo país, recolhendo, catalogando, classificando e valorizando os bens simbólicos e materiais com o propósito de realçar a originalidade brasileira espalhada por todo canto do regional, num esforço para atribuir-lhe significado e defender a construção de uma política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Só o Estado poderia reunir recursos suficientes para a implementação de uma política nacional de preservação da memória e do patrimônio histórico nacionais. Educação, ciência e cultura de uma nação à espera de um Estado que as resgatasse em benefício de todos, que as garantisse como patrimônio social. Assim a construção da sociedade estava pendente da ideia de construção de um Estado que a incorporasse e que sustentasse seu voo em áreas e espaços fundamentais da convivência social.

Para os ideólogos do Estado Novo, a arte e a cultura, como as demais atividades, devem estar a serviço da nação. Os intelectuais são os que captam, são os intérpretes dos anseios da sociedade, e, ao colaborarem com o Estado, tornam-no capaz de disciplinar, de coordenar, permitindo o funcionamento de um todo orgânico. O papel do Estado é sempre visto como o de tutor, de pai, diante de uma sociedade imatura, indecisa, carente de guia.

## **1 – Contexto histórico e Político**

### **1.1 - A Revolução de 1930**

No início de 1929, após a presidência relativamente tranquila de Washington Luís, surgiu uma cisão entre as elites dos grandes estados que acabaria por levar ao fim da Primeira República.

Os desentendimentos começaram quando, de forma surpreendente, Washington Luís insistiu na candidatura de um paulista à sua sucessão. Como se isso não bastasse, fechou questão em torno do presidente de São Paulo, Júlio Prestes. A atitude de Washington Luís empurrou mineiros e gaúchos para um acordo, reproduzindo até certo ponto o entendimento de forças da campanha de 1909-1910.

Em meados de 1929, após várias conversações, as oposições lançaram as candidaturas de Getúlio Vargas à presidência e de João Pessoa à vice-presidência. João Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa e presidente da Paraíba. Formaram a Aliança Liberal, em nome da qual seria feita a campanha. Getúlio Vargas recebeu o apoio dos democráticos de São Paulo, enquanto em Minas Gerais uma cisão do Partido Republicano Mineiro apoiou Júlio Prestes.

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e, por isso mesmo, não discordava neste ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política para assegurar a chamada verdade eleitoral.

Em plena campanha eleitoral, estourou em outubro de 1929 a crise mundial, lançando a cafeicultura em situação complicada. A defesa permanente gerara a expectativa de lucros certos, garantidos pelo Estado. Muita gente tomou empréstimos a juros elevados para plantar café. A crise provocou a queda brusca dos preços internacionais. Como houve retração do consumo, tornou-se impossível compensar a queda dos preços com a ampliação do volume de vendas. Os fazendeiros que tinham se endividado, contando com a realização de lucros

futuros, ficaram sem saída.

O setor cafeeiro e o governo federal se desentenderam. Os cafeicultores solicitaram ao Washington Luís o enfrentamento da crise pela concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou. Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Não houve, porém uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal. Embora o Partido Democrático estivesse integrado à Aliança Liberal, não havia razões para acreditar que a vitória da oposição levaria a uma atenção maior aos interesses cafeeiros.

Júlio Prestes venceu as eleições de 1º de março de 1930. As “máquinas eleitorais” produziram votos em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul, onde Getúlio Vargas teria vencido por 298.627 votos contra 982 (FAUSTO, 2002, p. 179).

O resultado das eleições não foi bem aceito entre os quadros jovens da oposição. Estes estavam dispostos a seguir o caminho que os tenentes haviam tomado praticamente sozinhos. Embora derrotado, o movimento tenentista continuava sendo uma força de importância por sua experiência militar e seu prestígio no interior do Exército.

Em meados de 1930, a conspiração revolucionária andava mal. Um acontecimento inesperado veio dar-lhe alento. A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em Recife por um de seus adversários políticos – João Dantas. O crime combinava razões privadas e públicas. Na época, só se deu destaque às últimas razões, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução. A morte de João Pessoa teve grande ressonância e foi explorada politicamente. Seu enterro na capital da República, para onde o corpo foi trasladado, reuniu uma grande massa. Os opositoristas recebiam de presente uma grande arma. Daí em diante, tornou-se mais fácil desenvolver a articulação revolucionária.

A revolução estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul na data de 3 de outubro de 1930. Em São Paulo o Partido Democrático esteve praticamente à margem das articulações revolucionárias e a situação não se alterou. Em Minas houve alguma resistência. No Nordeste o movimento foi desfechado na madrugada do dia 4, tendo a Paraíba como centro de operações. O povo ocupou prédios federais e um depósito de armas, enquanto os ferroviários da Great Western entraram em greve.

A situação no Nordeste logo pendeu para os revolucionários e as atenções se concentraram nos contingentes militares que, tendo assumido o controle do sul do país,

preparavam-se para invadir o estado de São Paulo. Porém, antes do confronto decisivo, a 24 de outubro, integrantes da cúpula militar, em nome do Exército e da Marinha, depuseram o presidente da República no Rio de Janeiro, constituindo uma Junta Provisória de governo.

A Junta tentou permanecer no poder, mas recuou diante das manifestações populares e da pressão dos revolucionários vindos do sul. Getúlio Vargas deslocou-se de trem para São Paulo e daí seguiu para o Rio de Janeiro, onde chegou precedido por 3 mil soldados gaúchos (FAUSTO, 2002, p. 180). O homem que, no comando da nação, iria insistir no tema da unidade nacional, fez questão de fazer transparecer, naquele momento, seus traços regionais. Desembarcou na capital da República em uniforme militar, ostentando um grande chapéu dos pampas. O simbolismo do triunfo regional se completou quando os gaúchos amarram seus cavalos em um obelisco existente na Avenida Rio Branco. A posse de Getúlio Vargas na Presidência, a 3 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos.

A partir de 1930 ocorreu uma troca da elite do poder sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais.

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas na centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos: 1º a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2º a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3º o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base como fator de garantia da ordem interna. (FAUSTO, 2002, p. 182).

As transformações apontadas não ocorreram da noite para o dia, nem corresponderam a um plano de conjunto do governo revolucionário. Foram sendo realizadas ao longo dos anos, com ênfase maior neste ou naquele aspecto. Desse modo, uma visão de conjunto só se tornou clara com perspectiva dada pelo tempo.

## **1.2 - O Golpe de 1937 – O Estado Novo**

No ano de 1934 encerrou-se a Assembléia Nacional Constituinte e foi promulgada a nova Constituição, além disso, o ano foi marcado por reivindicações operárias e pela

fermentação em áreas de classe média. Uma série de greves explodiu no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos. As campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934.

O governo respondeu propondo, no início de 1935, uma Lei de Segurança Nacional (LSN), aprovada pelo Congresso com o voto dos liberais. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos em lei.

Paralelamente à discussão da Lei de Segurança Nacional, os comunistas e os “tenentes” de esquerda muito próximos a eles preparavam o lançamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O programa básico da Aliança Nacional Libertadora tinha conteúdo nacionalista. Nenhum de seus cinco itens se dirigia especificamente aos problemas operários. Eram eles a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; a constituição de um governo popular, do qual poderia participar “qualquer pessoa na medida da eficiência de sua colaboração”.

Com a instalação de um governo constitucional, o clima político do país radicalizou-se. Dois importantes movimentos de massas, com conotações ideológicas bem distintas, mobilizaram a população: a Ação Integralista Brasileira (AIB), nacionalista e antiliberal, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), nitidamente de oposição a Vargas e que congregava socialistas, comunistas, católicos e nacionalistas.

O governo que já vinha reprimindo as atividades da ANL obteve uma excelente razão para fechá-la. Isso ocorreu por um decreto de 11 de julho. Daí para frente, enquanto se sucediam muitas prisões, o PCB começou os preparativos para uma insurreição, resultando na tentativa de golpe militar em novembro de 1935.

O levante de 1935 – que lembra as revoltas tenentistas da década de 1920 – foi um fracasso. Começou a 23 de novembro, no Rio Grande do Norte. Uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser dominada. Seguiram-se rebeliões em Recife

e no Rio de Janeiro, esta última de maiores proporções. Houve ali um confronto entre os rebeldes e as forças legais do qual resultou vários mortos até a rendição.

O episódio de 1935 teve sérias consequências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada autoritária. Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas pelo Poder Executivo para reprimir os comunistas e a esquerda em geral. Em março de 1936 a polícia prendeu cinco parlamentares que tinham apoiado a ANL ou simplesmente demonstrado simpatia por ela. O Congresso aceitou a justificção para as prisões e autorizou o processo contra os presos. Ao mesmo tempo criaram-se órgãos específicos para a repressão. Em janeiro de 1936, o ministro da Justiça havia anunciado a formação de uma Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais. Um tribunal de exceção – o Tribunal de Segurança Nacional – começou a funcionar em fins de outubro de 1936. A princípio, o Tribunal de Segurança Nacional se destinava apenas a julgar os comprometidos na insurreição de 1935, mas acabou se transformando em um órgão permanente, que existiu durante todo o Estado Novo.

Em 1936 e nos primeiros meses de 1937, definiram-se as candidaturas à sucessão presidencial nas eleições previstas para janeiro de 1938. O Partido Constitucionalista, formado pelo Partido Democrático e alguns partidos menores, lançou a candidatura de Armando Sales Oliveira. Foi escolhido como candidato oficial José Américo de Almeida, político do nordeste que tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Por último surgiu a candidatura de Plínio Salgado, pelos integralistas. O candidato oficial contava com o apoio da maioria dos estados do nordeste e de Minas Gerais, além dos setores pró-Vargas em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

A abertura da disputa política proporcionou um afrouxamento das medidas repressivas. Por ordem do ministro da Justiça, cerca de trezentas pessoas foram soltas em junho de 1937. Um pedido de prorrogação do estado de guerra em vigor deixou de ser concedido pelo Congresso. Entretanto, Getúlio Vargas e o círculo dos íntimos não se dispunham a abandonar o poder, tanto mais que nenhuma das três candidaturas tinha sua confiança.

(...) José Américo inclinara-se cada vez mais a uma campanha populista, apresentando-se como “candidato do povo” e denunciando a exploração

imperialista. Um observador próximo ao governo chegou a dizer que a questão social estava no centro da campanha presidencial, com o risco do Brasil converter-se em uma Espanha dilacerada pela guerra civil. (FAUSTO, 2002, p. 199)

Ao longo de 1937, para apagar possíveis dificuldades regionais, o governo interveio em alguns estados e no Distrito Federal. Faltava porém um pretexto para reacender o clima golpista. Ele surgiu com o Plano Cohen cuja verdadeira história tem muitos aspectos obscuros. Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista.

Os efeitos da divulgação do Plano Cohen foram imediatos. Por maioria de votos, o Congresso aprovou às pressas o estado de guerra e suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. Em fins de outubro, o deputado Negrão de Lima percorreu os estados do Norte e do Nordeste para garantir o apoio dos governadores ao golpe, recebendo adesões quase unânimes. Somente no início de novembro de 1937 a oposição se mobilizou.

No dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. O ministro de Guerra – general Dutra – se opusera a que a operação fosse realizada por forças do Exército. À noite, Getúlio Vargas anunciou uma nova fase política e a entrada em vigor de uma Carta Constitucional elaborada por Francisco Campos. Era o início da ditadura do Estado Novo.

O regime foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não poderiam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como coisa inevitável e até benéfica. O Congresso dissolvido submeteu-se, a ponto de oitenta de seus membros irem levar solidariedade a Getúlio Vargas a 13 de novembro, quando vários de seus colegas estavam presos.

O Estado Novo não representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937. Mas a partir de novembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado.



A centralização do Estado não significa que ele se descolou da sociedade. A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma, mas não deixou de existir. Até novembro de 1937, esses interesses se expressavam no Congresso e através de alguns órgãos governamentais. A partir do Estado Novo desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos técnicos no interior do aparelho do Estado.

### **1.3 - O governo Vargas e a intelectualidade brasileira**

Poucas fases da história do Brasil produziram um legado tão extenso e duradouro como o Estado Novo. Em função das transformações ocorridas no país, o período tornou-se referência obrigatória quando se trata de refletir sobre estruturas, atores e instituições políticas presentes no Brasil de hoje.

Um quadro abrangente da Revolução de 30 nos remete tanto às práticas políticas anteriores, que nos permitem repensar a ordem oligárquica, como às formulações ideológicas dos atores políticos, pensadores e grupos de intelectuais que, mediante o debate de suas idéias, já tinham criado espaço para pensar uma nova sociedade e um novo Estado. Nesta volta ao passado, um marco importante é o ano de 1922.

Nele eclodem quatro acontecimentos simbólicos que contém, em embrião, a mutação da sociedade brasileira entre as duas guerras mundiais. A Semana de Arte Moderna, em fevereiro, desencadeia a revolução estética; uma nova etapa da organização política da classe operária se delineia, em março, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro; a criação do Centro Dom Vital, ligado à revista *A Ordem*, de orientação católica, prenuncia a renovação espiritual; e, finalmente, a primeira etapa da revolução política tenentista irrompe, em julho, com a rebelião na Fortaleza de Copacabana. (TRINDADE, 1974, p. 15 *apud* OLIVEIRA, 1979, p.75)

Na realidade, durante o Estado Novo – o regime autoritário implantado com o golpe de novembro de 1937 –, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando pelas armas, assumiu a presidência da República. Como da revolução de 30 haviam participado forças políticas bastante diversificadas, distintas eram as visões a respeito da condução do processo revolucionário. Enquanto uns defendiam medidas mais centralizadoras e autoritárias, insistindo na necessidade de um regime forte e apartidário, outros pregavam medidas mais liberais e lutavam por maior autonomia regional. Por isso,

entre a revolução e o golpe, as disputas foram intensas. Ao longo desse tumultuado percurso, segmentos importantes das elites civis e militares foram sendo afastados do poder. Em junho de 1934, parlamentares escolhidos pelo voto direto promulgaram uma Constituição e elegeram o então chefe do governo provisório – Getúlio Vargas – para a presidência da República. Grosso modo, a nova Carta representava uma vitória de setores mais liberais. Ao mesmo tempo em que assegurava o predomínio do Legislativo e ampliava a capacidade intervencionista do Estado, buscava evitar que essa medida fosse confundida com um aumento do poder do presidente da República.

Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial intensificou-se por toda parte. Mas ao lado da violenta repressão, o regime adotou uma série de medidas que iriam provocar modificações substanciais no país. O Brasil, até então, basicamente agrário e exportador, foi-se transformando numa nação urbana e industrial. O investimento em atividades estratégicas, percebido como forma de garantir a soberania do país, tornou-se questão de segurança nacional. Fiadoras do regime ditatorial do país, as Forças Armadas se fortaleceram, pois, além de guardiãs da ordem interna – de acordo com a doutrina de Segurança Nacional –, passaram a ser um dos principais suportes do processo de industrialização. Com medidas centralizadoras, Vargas procurou diminuir a autonomia dos estados, exercendo assim maior controle sobre as tradicionais oligarquias regionais. Buscando forjar um forte sentimento de identidade nacional, condição essencial para o fortalecimento do Estado nacional, o regime investiu na cultura e na educação. A preocupação com a construção de uma nova ideia de nacionalidade atraiu para o projeto estado-novista um grupo significativo de intelectuais brasileiros ou a chamada intelectualidade de época.

A noção de intelectualidade é algo de contornos fluidos, que se transforma com o tempo, indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida.<sup>2</sup> A opção, nesse caso, foi adotar uma concepção mais restrita de intelectual, que privilegiasse a ideia do produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política. Essa intelectualidade é composta por especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que despertem a atenção dos envolvidos com o “círculo do poder político” por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir “visões do mundo”.

<sup>2</sup> Ver Sirinelli (1988)

Afinal, embora com nomes diversos, como lembra Norberto Bobbio,

(...) os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997, p. 11).

A função do intelectual é fazer uso da sua razão em público. Esta função explicita a relação intrínseca do intelectual com o seu público no sentido de responder e/ou criar uma demanda pelo trabalho que produz. O intelectual é um fornecedor de idéias e, enquanto tal, um organizador de perspectivas justificadoras. Confere autoridade ao poder à medida que elabora raciocínios convincentes, justificadores de um curso de ação sobre o qual não há prova lógica. É daí que se pode entender sua relação com o público e com o poder.

Assim como o Estado Novo vinha conseguindo popularidade e bons resultados na área da política social trabalhista, estabelecendo o diálogo entre o povo e o presidente e, – suprimindo os “intermediários”, evitando que a comunicação se fizesse com os ruídos dos partidos políticos – por meio dele, criando a paz social e o crescimento econômico, precisava igualmente fazê-lo em outras áreas fundamentais, destacando entre elas a da produção cultural. Isso porque se entendia que o progresso social de um povo era material, mas também era de “civilização”. E, principalmente, porque se sustentava que o acordo entre a “política” e a “sociedade” não se faria sem a cooperação dos intelectuais; voltava-se para eles, para os que melhor captavam e expressavam essa consciência coletiva mais profunda. Portanto, para “compreender” tal sentimento de nacionalidade era necessário certo “hábito de pensar” pouco comum; era necessário um “intérprete”, um “erudito”, fosse ele sociólogo, filósofo, literato, historiador ou artista. Se a ordem política era a responsável pelo progresso sociocultural, o próprio curso da política precisava ser orientado por profissionais detentores de capacidades raras e definidas como “hábito de pensar”: os intelectuais.

A tensão entre a auto-definição do intelectual e o poder gera diferentes tipos de relação. Num extremo, podemos mencionar a posição de Machado de Assis – um dos maiores escritores de língua portuguesa e fundador da Academia Brasileira de Letras, em 1897 – que expressa a separação entre o literato e a história, entre o intelectual e o poder:

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde, estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e quieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora.<sup>3</sup>

Em outro extremo, temos o intelectual integrado ao poder. Um número significativo de pensadores serviu ao governo Vargas na divulgação da doutrina do Estado Novo. Revistas como *Cultura Política* desempenharam o importante papel de divulgação e vulgarização do regime. Nesse caso, a missão do intelectual se realiza pela integração total ao poder.

Essas diferentes posições em relação ao poder não seguem um contínuo cronológico a partir de uma visão quase de segregação para a de integração total. Temos a coexistência destas e de outras perspectivas. Determinados momentos ou processos históricos, entretanto, favorecem a acentuação da consciência social e da missão enquanto outros relegam o intelectual a viver na torre de marfim.

Após a Revolução de 1930 inicia-se uma aproximação necessária entre Estado e intelectuais, onde o novo regime reconhecia a liberdade do intelectual, amparava-o política e institucionalmente e solicitava sua cooperação na administração pública e em inúmeros outros empreendimentos. O grande agente e condutor dessa verdadeira revolução era o Ministério da Educação e Saúde, que percebia a relação profunda entre “produtos intelectuais” e meio social e garantia condições para que toda a vida cultural girasse em torno dos problemas da nacionalidade e da busca de suas soluções.

Estabelecidas as bases do “acordo” entre ordem política e social, e da necessidade de sua articulação com o verdadeiro “espírito nacional”, cabia ao intelectual a função social estratégica de ser o “intérprete” da brasilidade, tarefa que, por suas aptidões específicas, só ele poderia realizar.

#### **1.4 - As transformações dos anos 30**

A Revolução de 30 tem sido objeto de interpretações históricas, políticas e sociológicas. O tema tem estado frequentemente na ordem do dia, dele se aproximando tanto os que desejam enfatizar as transformações ocorridas na sociedade e no Estado brasileiro

---

<sup>3</sup> Machado de Assis. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, v. III, p. 927. Discurso de Machado de Assis na Academia Brasileira de Letras, a 7 de dezembro de 1897.

após a ascensão do novo grupo político ao poder, quanto aqueles que acham importante descaracterizar a ruptura tradicionalmente situada no processo que se inicia com a vitória revolucionária.

Mesmo para os autores que procedem a uma análise crítica do movimento e de suas consequências, a Revolução de 1930 constitui ainda um marco explícito. Tomemos o exemplo de Florestan Fernandes:

Segundo penso, a importância maior desses movimentos que eclodem no começo da década de 60 está neste fato: o de quebrar a mistificação das elites. Inclusive, foi possível levar o desmascaramento mais longe e constatar-se que a revolução de 30 foi uma revolução elitista, com ressonância popular, que o chamado populismo foi antes uma manipulação demagógica do poder burguês do que uma autêntica abertura para as “pressões de baixo para cima”. A revolução de 30 captou as frustrações das classes médias e de setores insatisfeitos das classes dominantes. Esses setores minoritários da sociedade brasileira tinham razões de estarem descontentes. Porém, não devemos esquecer que as massas populares – tanto trabalhadores proletarizados quanto os trabalhadores que às vezes nem passam pelo mercado – possuíam razões de descontentamento e de rejeição da ordem existente muito mais profundas. A maioria da sociedade brasileira via-se frustrada pela continuidade do antigo regime e pela cega dominação elitista que isso pressupunha o que confere à revolução de 30 uma ressonância popular ampla. E foi disso que ela extraiu sua força histórica, que ela traiu de modo rápido e irremediável. (FERNANDES, 1975, p. 29-30)

A alteração do grupo detentor do poder através de um movimento armado, como o ocorrido em 1930, constitui um importante elemento no processo de “formação dos Estados Nacionais”. A formação do Estado nacional envolve, entre outros aspectos, a construção de um aparato governamental com atuação efetiva em todo o território nacional, e que conjugue a ação governamental das esferas federal, estadual e municipal em um projeto unificado.

A construção do Estado, além de tarefas específicas, implica a existência de um objetivo comum no qual se empenham diferentes grupos da sociedade. E, vista desta perspectiva, a Revolução de 30 teria cumprido uma importante etapa na re-estruturação do Estado nacional brasileiro, na medida em que abriu espaço para um projeto político e alocou às elites um papel central no encaminhamento de um programa de ação. Sabemos o quanto tal projeto, embora partilhado pela maioria dos intelectuais, envolveu propostas substancialmente diferentes presentes no conflito de idéias e de grupos.

No período pós-30, o Brasil se encontrava às voltas com o seu destino e a sua história. Deparamo-nos neste momento com uma elite permeada de ideal salvacionista e que

se auto-atribui um papel messiânico na vida nacional. A intelectualidade brasileira já vinha, desde os anos 20, se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros. Entretanto, este acordar para os problemas nacionais guardava relações com o contexto internacional da época.

A intelectualidade brasileira, perfeitamente integrada às questões que se originavam na matriz europeia, pensava e propunham alternativas, reinterpretando soluções diante do que considerava ser a realidade nacional. A valorização dos traços específicos de cada povo, da história nacional, correspondia a uma tendência geral, presente no pensamento europeu, tomado de fortes componentes nacionalistas.

A história política brasileira oferecia aos intelectuais elementos para reflexão e colocava-os diante da chance de participar diretamente do processo político. A Revolução de 1930 foi um evento que abriu espaço para o debate de projetos políticos, permitindo que pensadores pudessem apresentar propostas capazes de se traduzirem em ação governamental.

Quais seriam as visões partilhadas pelas maiorias dos membros da elite intelectual e política nos anos 30? De um lado, a defesa de um projeto centralizador para a política brasileira. A crítica ao modelo liberal, à Carta de 1891, e aos problemas enfrentados pelo país durante a República Velha tinham penetrado profundamente na vida brasileira. É difícil encontrar alguém que, no pós-30, defendesse a permanência dos princípios federalistas da forma como eram praticados na Primeira República. Mesmo os defensores do federalismo admitiam ser necessário combater seus excessos (o regionalismo exagerado) e entender a autonomia estadual dentro dos limites mais precisos, restringindo a competência dos estados.

O debate sobre os males do federalismo e do presidencialismo ocupou a elite política e intelectual brasileira durante o período do Governo provisório e se acentuou nos debates da Assembléia Nacional Constituinte.<sup>4</sup> Procurava-se uma fórmula capaz de combinar a realidade histórico-social do país com o projeto de salvação nacional, objetivo da Revolução de 30. Várias propostas foram colocadas em pauta, desde o “federalismo unitário” até a combinação de centralismo e parlamentarismo, defendida pelo tenentismo em sua vertente nordestina.

Outro componente do pensamento político nos anos 30 é a defesa do papel predominante, prioritário e exclusivo das elites no processo de mudança social. A ausência de homens capazes de assumir as responsabilidades do comando histórico era uma das

---

<sup>4</sup> Ângela Maria de Castro Gomes, “Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1945)” In. FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano, t. III, v. 2. São Paulo: Difel, 1981, p. 9-75.

críticas centrais que os intelectuais dirigiam às elites da República Velha. Descartando a visão rousseauiana de bondade natural do indivíduo e acentuando o nível de ignorância e despreparo das populações, só restam como atores possíveis da reconstrução nacional as elites intelectuais.

Os autores que se ocupam dessa discussão pertencem a uma geração da elite intelectual brasileira que, além de estar preocupada em ordenar o mundo no plano das idéias, quer agir sobre a prática política. Ao elaborar um projeto nacional, esta elite está ocupada, também, em definir o seu papel no processo político. “Escreveram, porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar” (CARNEIRO LEÃO, 1924, p. 5) – diziam em 1924. Nos anos subsequentes a 1930, os intelectuais estão desempenhando um papel no processo de “juntar as pedras” do Estado nacional. “A natureza desta elite, a socialização a que foi submetida, os valores que adota e seu grau de coerência interna são alguns dos fatores mais importantes que definirão o resultado do processo de construção dos Estados nacionais” (BARROS, 1977, p. 104-105)<sup>5</sup>.

Os intelectuais se referem a si próprios como “geração de sacrificados” e geração capaz de propor nova perspectiva de análise através da “objetividade científica” e, em seu discurso, acusam as elites políticas republicanas. A disposição de assumir um papel mais proeminente no processo político confere nova dimensão à tarefa de criar “a grande elite”. A nova elite se deverá compor de homens de cultura e ciência, capazes de exercer um domínio natural sobre a massa. Aparece a ideia de “civilizar por cima”, encontrada tanto em autores próximos do movimento de renovação católica, quanto nos intelectuais ligados ao movimento integralista.

A nação não pode mais ser vista como um agrupamento de indivíduos; ao contrário, precisa ser encarada como uma vasta corporação, estruturada no interesse das classes. O Estado não pode estar ausente; deve intervir para coordenar e estabelecer o equilíbrio indispensável à ordem social. O sindicato, esta nova força política, sob a ordem liberal, ameaça transformar-se em núcleo de desagregação e luta contra o poder, sendo, portanto, necessário que o Estado passe a ordenar os grupos profissionais, transformando-os em meios de governo (OLIVEIRA, 1979, p. 85). Este seria o caminho para salvar a democracia, mas não o estado liberal. Assim, mais tarde, os ideólogos de 1937 afirmaram que o novo regime era “fundamentalmente democrático e (...) decisivamente antiliberal” (ANDRADE, 1940, p. 179).

---

<sup>5</sup> Neste artigo o autor enumera 12 tarefas relacionadas ao processo de construção do Estado nacional.

Outros, contudo, retomando a crítica às elites, atribuem à má qualidade dos dirigentes a ineficácia do Estado oligárquico. Incluem-se, entre eles, os que imputam à educação o importante papel de melhorar governantes e governados. A educação aparece, aqui, como a via salvadora. Através dela poderiam criar os verdadeiros cidadãos, estes sim, capazes de exercer o voto consciente, e, escolhendo os mais capazes, fazer funcionar a verdadeira democracia. É a educação de um povo que constitui “o alicerce de sua nacionalidade, pois é ela que gera o patriotismo. Sem cultura não pode haver civilização; sem civilização não há inteligência opinadora e sem essa não aparece a iniciativa, nem o patriotismo” (OLIVEIRA, 1979, p. 85).

Além desta versão do problema educacional, outras abordagens têm lugar no debate dos anos 30. A questão educacional tinha uma amplitude muito maior do que a que aparece nos estudos do período em questão. Podemos nos referir pelo menos a duas vertentes. Uma, integrada à burocracia pública e que tinha empreendido reformas no ensino, composta por intelectuais e educadores que desde os anos 20 defendiam um novo modelo pedagógico; a outra era representada pelo grupo católico que, diante das experiências da corrente da Escola Nova, fazia apologia do ensino religioso. Duas bandeiras concretas representam os pares em luta: a escola leiga versus o combate à laicização do ensino; e o monopólio pedagógico estatal versus a competência e precedência dos pais e da Igreja sobre o Estado na questão educacional. Mas o que vale notar é o caráter político que as disputas pedagógicas assumiam: “o que estava na arena de debate era (...) a proposta de diferentes projetos, de (re)construção nacional” (SALEM, 1979, p. 28 apud OLIVEIRA, 1979, p. 85).

Dos anos 1920 ao Estado Novo, tivemos um processo de aproximações sucessivas, congregando diferentes correntes e autores no ideal comum de modernizar, mantendo os vínculos com a tradição. No Estado Novo, encontramos inúmeros intelectuais integrados ao processo de produção doutrinária e/ou à sua estrutura organizacional. Dentre eles estavam pensadores pertencentes à vertente conservadora reformista do Rio de Janeiro, autores ligados ao movimento católico, bem como intelectuais que passaram pelo movimento de renovação literária iniciado em São Paulo. Isso não significa, entretanto, que o pensamento brasileiro estivesse todo contido na proposta oficial do regime. Entre os “integrados” e os “desterrados” estão inúmeros pensadores mais ou menos distantes da ideologia oficial. O fim da guerra, o retorno das eleições, a anistia aos presos políticos são eventos que criam novo espaço, fora da esfera governamental, para a atuação dos intelectuais brasileiros.



## 2 – O governo Vargas e as políticas educacionais

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao modelo da República federativa. A partir de 1930, as medidas tendentes a criar um sistema educativo e promover a educação tomaram outro sentido, partindo principalmente do centro para a periferia. A educação entrou no compasso da visão geral centralizadora. Um marco inicial desse propósito foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em novembro de 1930.

As iniciativas do governo Vargas na área educativa, como em outros campos, tinham uma inspiração autoritária. O Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, sem envolver uma grande mobilização da sociedade e sem promover também uma formação escolar totalitária, abrangendo todos os aspectos do universo cultural. O governo Vargas foi centralizador, concentrou no nível federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados, e foi autoritário, centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo.

Os movimentos em favor da educação datam do início do século. Concentram-se ali iniciativas esparsas de reformas educacionais. Os anos 20 consagraram as mais importantes, todas batizadas com nomes de educadores que as conceberam: reforma Anísio Teixeira, reforma Fernando de Azevedo, reforma Francisco Campos. Espalhadas em diferentes estados da Federação, tais reformas denunciavam sinais de vitalidade educativa, ao mesmo tempo que apontavam para uma certa inorganicidade da política educacional brasileira. Eram empíricas, esparsas, invertebradas, se pensadas para a nação; sem sistematicidade, diziam os pioneiros da Escola Nova em sua fase de maior expressão nos anos 30. Faltavam às reformas definição mais coerente, estrutura mais sólida, permanência e unidades sistêmicas. O ministério de Gustavo Capanema foi bem-sucedido se considerarmos o empenho e a efetiva implementação de um sistema educacional para todo o país.

Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista. A política educacional ficou sobretudo nas mãos

de jovens políticos mineiros cuja carreira se iniciara na velha oligarquia de seu Estado para tomar outros rumos a partir de 1930. É o caso de Francisco Campos, ministro da Educação entre novembro de 1930 e setembro de 1932, e de Gustavo Capanema, que o substituiu, com uma longa permanência no ministério, de 1934 a 1945. Entre 1930 e 1932, Francisco Campos realizou uma intensa ação no Ministério da Educação e Saúde, preocupando-se essencialmente com o ensino superior e secundário.

No plano do ensino superior, o governo procurou criar condições para o surgimento de verdadeiras universidades, dedicadas ao ensino e à pesquisa. Na esfera do ensino secundário, tratava-se de começar a implantá-lo, pois até então, na maior parte do país, não passara de cursos preparatórios para ingresso nas escolas superiores. A reforma Francisco Campos estabeleceu definitivamente um currículo seriado, o ensino em dois ciclos, a frequência obrigatória, a exigência de diploma de nível secundário para ingresso no ensino superior.

As principais medidas de criação de universidades surgiram no Distrito Federal e em São Paulo, neste último caso à margem da participação federal. Assim nasceram em 1934 a Universidade de São Paulo (USP) e, em 1935, a Universidade do Distrito Federal.

## **2.1 - Políticas Públicas de Educação**

A implantação do Estado Novo encerra o movimento das reformas de ensino em vários estados brasileiros e no Distrito Federal, conhecido como Movimento da Escola Nova. Que significou esse movimento? Significou a difusão, pelos vários estados brasileiros, da lógica de institucionalização do modelo paulista de escolarização. As equipes de educadores paulistas vinham de São Paulo para outros estados liderar as equipes locais de governo, difundindo uma escola que se caracterizava por certas práticas pedagógicas e mecanismos de inspeção destinados a garantir sua execução, numa tentativa de criar um sistema de ensino (CARVALHO, 2000).

Essa concepção de escola, definida em São Paulo pelos representantes do setor oligárquico modernizador, tornou-se um exemplo a ser imitado, apesar de ter sido questionada no início dos anos 1930, quando Sampaio Dória, em nome da erradicação do analfabetismo, propôs em sua reforma – estabelecida pela Lei nº. 1.750 de 08 de dezembro de 1920 e pelo Decreto nº 3.356 de 31 de maio de 1921, que a regulamentou – mudanças

radicais na escola primária, reduziu a escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos. Bastante criticado por outros educadores, seus contemporâneos, ele foi exonerado um mês antes da regulamentação da referida lei, que afinal foi revogada em 1925 (CARVALHO, 2000, p. 226-230).

Em meio a essa polêmica, outros estados realizaram suas reformas, afastando-se da proposta de Sampaio Dória e tentando criar medidas de impacto – como os questionários sobre educação publicados nos jornais de maior circulação, as conferências, os cursos de férias e os congressos – que procuravam atingir não apenas os professores, diretores e inspetores escolares, mas também os alunos e suas famílias.

Em 1924, a convite de Góes Calmon (presidente da Bahia, 1924-1928), o jovem Anísio Teixeira, admirado e entusiasmado com os sistemas de educação europeu e americano, conduziu a reforma da instrução pública na Bahia, concretizada na Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, concebida como a mais ampla e minuciosa estrutura jurídica já montada para servir à escolarização. Nessa reforma transparecem a crítica à redução paulista da escolaridade primária e a preocupação com a formação docente, com instalação física das escolas e seus equipamentos e com a introdução de novas disciplinas no currículo.

Em Minas Gerais, Francisco Campos, apesar de suas concepções antiliberais no plano da organização política, não hesitou em introduzir a Escola Nova, mobilizando os professores através dos congressos de instrução, da remodelação da Escola Normal, da criação da Escola de Aperfeiçoamento, da construção de bibliotecas e da renovação da Revista do Ensino (CARVALHO, 2000, p. 239). Se até a reforma baiana as mudanças propostas resultavam de posições doutrinárias associadas ao republicanismo e à democracia, a partir da reforma mineira inverte-se o processo, ou seja, procura-se conceber como as instituições escolares devem funcionar num regime republicano e democrático (NAGLE, 1974, p. 195 apud NUNES, 2001, p. 106).

Ainda no final da década de 1920, Antônio Carneiro Leão, à luz de sua experiência como diretor da instrução pública no Distrito Federal e do conhecimento das iniciativas em andamento nos demais estados, procurou corrigir os equívocos da “perda de senso da realidade”. Procurou também orientar seus contemporâneos, buscando, sobretudo mudar a mentalidade dos professores da Escola Normal e adotando certas medidas que, do ponto de vista curricular, acabaram gerando grande tensão pela ameaça que representavam aos valores morais da sociedade local. Uma dessas medidas foi introduzir a sociologia da educação nas

escolas normais, o que levou as estudantes normalistas, sob a orientação de Gilberto Freire, a realizarem interessantes pesquisas sobre a vida social. Em 1928 e 1929, são regulamentadas a instrução pública primária e a instrução normal do estado.

Além dessas iniciativas estaduais, é importante ressaltar a importância das sucessivas reformas da instrução pública no Distrito Federal, com Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1928-1930) e Anísio Teixeira (1932-1935). Apesar das diferentes concepções adotadas, tais reformas propiciaram certa continuidade na construção de um projeto de política educacional que é a expressão concreta do processo controlado de mudança social desencadeado nos anos 1920 e cujo desfecho político é o Estado Novo em 1937.

## **2.2 - Campo educacional na capital da República nos anos 1930**

Os ideais da Escola Nova foram implantados em maior escala na capital federal no começo da década de 1930, causando muita polêmica e evidenciando duas questões que provocavam as mais sérias divergências: o ensino religioso nas escolas e a concepção de escola do trabalho.

Para Anísio Teixeira e outros intelectuais da Associação Brasileira de Educação (ABE) que comungavam em suas idéias, o objetivo das escolas secundárias não era apenas a formação da elite intelectual, como propuseram Francisco Campos e, posteriormente, Gustavo Capanema. Na reforma da instrução pública do Rio de Janeiro, esse educador introduziu, no nível secundário, o ensino profissionalizante técnico, anteriormente presente no sistema de ensino primário, acrescentando aos cursos práticos já existentes cursos de cultura geral (decretos nº. 3.673 e nº. 3.804 de 1932). Procurou, ainda, ampliar as matrículas do curso secundário articulando-o ao ensino primário e ao ensino superior. De 1931 a 1934, o número de alunos nas escolas técnicas secundárias dobrou, saltando de 2.310 para 5.026.

Nas eleições de maio de 1933, manifestou-se o poder da Liga Eleitoral Católica (LEC): sua indicação dos candidatos católicos e dos não-católicos que apoiavam o seu programa mínimo valeu a eleição de boa parte deles e, conseqüentemente, sua hegemonia na Assembléia Nacional Constituinte, onde a LEC obteve pelo menos dois terços dos votos em todas as questões do seu programa.

A rearticulação da Igreja significou o princípio da cooperação entre Igreja e Estado, a qual redundou, na prática, em verbas do governo para escolas, hospitais e instituições beneficentes mantidas pela Igreja. Esta pôde assim ampliar sua rede assistencial subvencionada e passou a fazer parte do bloco no poder, ao lado das antigas oligarquias rurais, da burguesia comercial e financeira e da recém-articulada burguesia industrial. (NUNES, 2001, p. 109).

Para esta Instituição religiosa a educação seria o campo ideal para articular sua doutrina e a prática. Assim, sua proposta era a de elaborar uma sociologia cristã com um certo teor racional, capaz de vincular as propostas filosóficas e científicas do Estado à fé cristã. “Ela seria antes de tudo um método científico aplicável à sociedade, a filosofia e a religião, contribuindo para que a Igreja Católica pudesse desempenhar bem a sua tarefa de 're-espiritualizar' a cultura” (SCHWARTZMAN et alii, 2000, p. 73).

Nas lutas pela convocação da Constituinte, cresceu a rivalidade entre o grupo de educadores profissionais e católicos, estes últimos apoiados pelos integralistas, que estiveram por certo tempo preocupados, como dizia Gustavo Lessa<sup>6</sup>, em “medir o coeficiente de materialismo do Manifesto Educacional”. Os primeiros foram ficando isolados dentro e fora do governo. Um dos principais alvos do ataque foi Anísio Teixeira, que em março de 1933, fora hostilizado por elementos do próprio quadro municipal.

Os debates políticos na Assembléia Nacional Constituinte tinham como um dos seus principais alvos a questão do ensino religioso enquanto, no âmbito da diretoria geral de instrução pública, o grande objetivo de Anísio Teixeira era obter do governo federal a equiparação dos diplomas das escolas técnicas secundárias aos diplomas do Colégio Pedro II.

A Constituição acabou ratificando a normatização da escola secundária pela reforma de 1931, ou seja, a permanência do padrão limitado do número de estabelecimentos públicos secundários; a interferência da União, que, através da equiparação, promovia a equalização formal do ensino público e privado; a homogeneização curricular; e a ruptura do monopólio estatal do acesso ao terceiro grau. Assim a pressão do professorado e da burocracia federal da capital da República sobre o processo Constituinte conseguiu desvirtuar as propostas renovadoras.

---

<sup>6</sup> Gustavo Lessa (188-1962) foi médico e sanitarista. Membro da Associação Brasileira de Educação (ABE), de cuja diretoria participou várias vezes a partir de 1928, assumiu cargos na administração pública, quase sempre ao lado de Anísio Teixeira. Mais tarde, assumiu cargo na Fundação Getúlio Vargas, mas em 1952, com a criação da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), atuou como seu diretor executivo e chefe de programa, sendo substituído por Mário Paulo de Brito em 31/12/1953, quando retornou à Fundação Getúlio Vargas.

Para Anísio Teixeira, a derrota na Assembléia Nacional Constituinte com relação ao ensino secundário refletia-se tanto na elaboração de uma proposta política para a educação no país quanto nas realizações por ele promovidas como diretor-geral de instrução pública no Distrito Federal. Num movimento contraditório, as iniciativas educacionais do Distrito Federal avançavam, enquanto as dos constituintes retrocediam. “A mais liberal das nossas constituições não era tão liberal quanto sonhavam os liberais e acabou consolidando a restauração católica” (NUNES, 2001, p. 111).

Nos anos de 1930, a gestão de Anísio Teixeira caminhou numa direção política diferente da apontada e exigida pelo governo federal, já que opunha ao nacional (dimensão profundamente marcada nas gestões anteriores) o democrático, entendido menos como conjunto de mecanismos de participação dos indivíduos na sociedade política e mais como mecanismos de democratização da sociedade civil. Essa postura criou, pois, uma incompatibilidade com o projeto político autoritário gerenciado em boa parte pelos mineiros que representavam o catolicismo mais militante e que seriam responsáveis pela grande influência religiosa na educação brasileira durante o governo Vargas.

A partir do momento em que se acentua a repressão ao comunismo e o país caminha aceleradamente para o autoritarismo, Anísio Teixeira solicita exoneração de seu cargo na diretoria geral de instrução pública. Em seguida, alguns de seus colaboradores imediatos também se demitem, enquanto outros são presos. Inicia-se o mês de dezembro de 1935.

Anísio Teixeira foi sucedido na diretoria, já então chamada de Secretaria de Educação e Cultura, por Francisco Campos. Os católicos invadiram o governo municipal: o cônego Olímpio de Mello assumiu a interventoria, Alceu Amoroso Lima foi nomeado reitor da universidade, o coronel Pio Borges tornou-se secretário da Educação e Cultura da capital do país, o padre Helder Câmara passou a conduzir o Instituto de Pesquisas Educacionais e Theobaldo Miranda Santos foi nomeado superintendente da Educação Geral e Técnica e de Ensino de Extensão (NUNES, 2001, p. 112).

No mesmo gabinete em que Anísio Teixeira redigira o programa do Partido Autonomista do Distrito Federal, cujas propostas foram integralmente assumidas por Pedro Ernesto por ocasião de sua ratificação como prefeito pelo voto popular, Francisco Campos e seu companheiro Carlos Medeiros da Silva preparavam a nova Constituição, lançada na implantação do Estado Novo em 1937.

A Constituição de 1937, que implantou o Estado Novo, atribuiu à União competência

para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. Na visão de Francisco Campos, então ministro da Justiça, as diretrizes definiam os valores que a educação deveria servir e que eram inquestionáveis: a religião, a pátria e a família. Essa mesma orientação foi retomada por Gustavo Capanema, que em discurso proferido durante a comemoração do centenário do Colégio Pedro II, um mês após a implantação do Estado Novo, admitia a possibilidade da neutralidade em educação, afirmando que o Estado deveria assumir a “suprema direção” da educação em todo o país, não só fixando seus princípios fundamentais, mas controlando sua execução.

Defendia igualmente a elaboração de um Código da Educação Nacional, que nunca chegou a ser elaborado. Mas as leis orgânicas fizeram parte deste projeto maior, abortado pelas mudanças ocorridas dentro e fora do país a partir de 1942, e nortearam a educação no país até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961. A ambiguidade política do processo de redemocratização, após 1945, não só marcou o processo de elaboração da nova lei, desencadeado em 1947 no governo Dutra, mas também permitiu que permanecessem em vigor as concepções e o aparelho institucional montado para dirigir a educação nacional. Para a sociedade brasileira, isso significou a manutenção de um projeto repartido de educação: para o povo, uma educação destinada ao trabalho; para as elites, uma educação para usufruir da cultura e aprimorá-la no exercício da vida.

### **2.3 - Planos de Educação**

A ideia de um plano educacional em âmbito nacional remonta à década de 1930. Sua primeira manifestação explícita nos é dada pelo “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” lançado em 1932.

O “Manifesto”, após diagnosticar o estado da educação pública no Brasil afirmando que “todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país” (Manifesto, 1984, p. 407), irá enunciar as diretrizes fundamentais e culminar com a formulação de um “Plano de reconstrução educacional”.

Esse entendimento influenciou, por certo, a Constituição Brasileira de 1934, cujo *artigo 150, alínea a*, estabelecia como competência da União “fixar o plano nacional de

educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do país”. Vê-se que, nessa acepção, o plano coincide praticamente com o significado da própria Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional de 1961.

A mesma Constituição de 1934 previu, ainda, no artigo 152, um Conselho Nacional de Educação, cuja principal função seria a de elaborar o Plano Nacional de Educação. Para atender a essa finalidade o Conselho Nacional de Educação, criado pelo Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, foi objeto de uma reorganização em 1936, instalando-se o Conselho reestruturado em 11 de fevereiro de 1937. Sob a orientação do ministro Gustavo Capanema, os conselheiros se desempenharam da tarefa da elaboração do Plano Nacional de Educação, cujo documento final foi encaminhado ao ministro em 17 de maio de 1937 (HORTA, 1997, p. 148).

Esse “*Plano de Educação Nacional*” era, na verdade, um minucioso texto com 504 artigos que se autodenominava, no artigo primeiro, de “código da educação nacional”, o qual, entretanto, acabou sendo deixado de lado em razão da implantação do Estado Novo.

Quanto ao conteúdo o Plano de Educação Nacional se afastava da ideia dos pioneiros da Escola Nova e dos membros da Associação Brasileira de Educação, aproximando-se da orientação que irá predominar durante o Estado Novo. Assim, enquanto para os educadores alinhados com o movimento renovador, o Plano de Educação era entendido como um instrumento de introdução da racionalidade científica na política educacional, para Getúlio Vargas e Gustavo Capanema o plano se convertia em instrumento destinado a revestir de racionalidade o controle político-ideológico exercido através da política educacional.

Durante o período do Estado Novo (1937-1945), Gustavo Capanema se aproxima da ideia de Plano de Educação como operacionalização da política educacional ao entender que “a promulgação de uma lei geral de ensino, ou seja, de um Código da Educação Nacional apresentava-se como condição prévia para a elaboração de um plano de educação” (HORTA, 1997, p. 149-150) que, por sua vez, se constituiria na “base e no roteiro das providências de governo” no âmbito educacional.

Em que pese essa intenção ambiciosa de Capanema de redefinir todo o arcabouço da educação nacional, o que implicava a promulgação do Código da Educação Nacional e a orientação e o controle de todas as atividades educativas do país, incluindo aquelas desenvolvidas pelos governos locais e pelas entidades privadas, nem o Código de Educação



nem o Plano de Educação chegaram a ser elaborados. Sabemos que apenas as Leis Orgânicas do Ensino, também conhecidas como “Reformas Capanema”, foram então decretadas.

#### 2.4 – O Ministério Capanema e as reformas educacionais

(...) As consequências do que ele [Capanema] fez são incalculáveis. Siga você o meu raciocínio. Sem o prédio do Ministério da Educação (recebido na ocasião como obra de um mentecapto) não teríamos a projeção que tiveram na época Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão e Cândido Portinari. Foram entendidos por Capanema e seus auxiliares próximos (Drummond, Rodrigo, Mário de Andrade e outros). Sem essa compreensão não teríamos tido a Pampulha, concepção paisagística e arquitetônica prestigiada pelo imenso Kubitschek. Sem Pampulha não teríamos tido Brasília, do mesmo Juscelino Kubitschek, que desviou nosso curso histórico – levando o Brasil para o seu Oeste. A raiz de tudo isto, a semente geradora, o adubo nutridor estão na inteligência de Capanema e de seus auxiliares de gabinete.

Pedro Nava  
Carta a Helena Bomeny, 21.01.1983<sup>7</sup>

Seguindo a linha de abertura deste texto, reiteramos: se já não é possível falar da educação e da cultura no Brasil sem fazer menção a Gustavo Capanema, ministro da Educação entre 1934 e 1945, tem sido igualmente impossível lembrar aquele ministério sem aludir aos intelectuais que compuseram a assim chamada “Constelação Capanema”. A lembrança dessa participação no governo tem sido recuperada com os desconfortos que daí advêm por termos de incluir naquele período o Estado Novo (1937-45), um marco da política autoritária no Brasil.

No Brasil da era Vargas, o dilema da participação dos intelectuais na política teve no ministério Capanema um de seus momentos memoráveis. Aquele ministério concentrou boa parte dos exemplos sempre referidos ao se tratar da relação nada pacífica entre intelectuais e política.

Falar de intelectuais e poder num momento da história do Brasil em que a cultura e a política se imbricaram a ponto de conferir à política uma dimensão inteiramente distinta é um exercício que exige algumas ressalvas. Se é verdade – como já apontou fartamente a literatura especializada – que foi extensa a participação de intelectuais na montagem dos projetos de ação política para diversas áreas (educação, cultura e patrimônio), na formulação de todo um sistema doutrinário de legitimação do Novo Estado, na definição de um grande

<sup>7</sup> BOMENY, 2001, p. 15

projeto de propaganda que passou pelos diversos canais de difusão (imprensa, rádio, cinema e teatro), também é verdade que alguns intelectuais mais que outros foram alvos preferenciais das cobranças que se fizeram depois.

Correndo o risco de exagerar, eu diria que poucos despertaram tanta indagação (e foram tão instados a “explicar-se”) sobre a aproximação com o regime autoritário quanto o poeta Carlos Drummond de Andrade, a ponto de não se poder fazer menção ao mais notório ministério do regime Vargas sem a lembrança incomfortável do fiel e permanente chefe de gabinete do ministro Capanema ao longo dos 11 anos em que permaneceu no cargo (BOMENY, 2001, p. 21).

O convite para integrar o ministério Capanema como chefe de gabinete do ministro levaria Carlos Drummond de Andrade ao Rio de Janeiro, em 1934. Drummond chega a capital do país e nele permanece até morrer, em 17 de agosto de 1987. Os tempos de ministério foram aqueles em que aprimorou seu talento de “escriva”, talento concebido e refinado nos tempos de jornalismo no Minas Gerais ou durante sua participação na Secretaria do Interior em 1930, na gestão de Cristiano Machado, e depois, no mesmo serviço, sob a direção de Gustavo Capanema.

O convite para o ministério no governo federal não era, portanto, casual ou fortuito. Tinha como antecedente a grande experiência e o estreito vínculo de amizade e de colaboração profissional com o ministro Capanema desde os tempos de atuação política local, quando este assumiu a Secretaria do Interior. Capanema chega ao Ministério da Educação graças a um acordo estabelecido entre a Igreja Católica, as forças políticas estaduais e o governo central, acordo tecido e conduzido a seus termos por Francisco Campos (BOMENY, 1980).

A primeira geração modernista mineira foi uma geração de funcionários públicos, de oficiais-de-gabinete. O próprio Drummond se auto-classificou como “poeta-funcionário”, o “inconvicto escriva oficial”, e a ele muitos outros se seguiram, seja no governo de Minas, seja na vinda para a capital federal pelas mãos do ministro Capanema. Os intelectuais mineiros estiveram à frente da montagem de uma política para o patrimônio histórico e artístico nacional e de uma reforma educacional que permaneceu intocada até a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, além de terem se espalhado por um sem-número de institutos e centros de administração pública da capital federal. O legado de um funcionalismo público integrado por intelectuais, literatos e poetas – traço característico do Brasil dos anos 1930 –

teve em Minas e, em especial, em Belo Horizonte um celeiro fértil.

## 2.5 – A educação e a alfabetização escolar

A meta central a ser alcançada pelo Estado Novo, na área educacional, era de prosseguir na erradicação dos regionalismos, que haviam sido herdados da República Velha, por meio de um ensino escolar padronizado e sob controle do próprio governo, capaz de abranger todo o território nacional.<sup>8</sup>

O Estado Novo pretendia, também, despertar na juventude um espírito comprometido com os ideais nacionais. Através de um nacionalismo vinculado aos interesses do governo, divulgado em livros didáticos de História, Geografia e Educação Moral e Cívica, escritos em uma língua portuguesa normativa e, por meio, de associações escolares como a “Juventude Brasileira”.<sup>9</sup> Ambos inspecionados previamente, pelas autoridades governamentais, para tornar mais eficaz o processo de formação da cultura nacional.

A juventude e a educação foram escolhidas pois, “(...) as escolas assumem importante papel na formação da identidade de um Estado-nação: garantem que uma nova geração seja comprometida cedo com a identidade da sociedade e que o número de desleais se reduza 'naturalmente'” (SCHRADER, 1986, p. 101). Um segmento social que seria capaz de traduzir em manifestações cívicas, brincadeiras e práticas esportivas a devoção patriótica, o progresso intelectual e o vigor físico que o Estado Novo pretendia registrar nos hábitos diários da população brasileira.

A reforma da educação passou pela elaboração de um Plano Nacional de Educação que teve como base os resultados de um grande levantamento sobre a educação nacional. Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Gustavo Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo presidente da República ao Congresso para aprovação. Em seu art. 1º estava previsto que o plano só poderia ser alterado após 10 anos de vigência, e Capanema solicita sua aprovação “em globo”. Era um documento extenso, com 504 artigos ao longo de quase 100 páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e

<sup>8</sup> Em reconhecimento ao Decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932, o governo inaugura a “Cruzada Nacional de Educação – campanha do níquel”, visando arrecadar fundos para a abertura em 1943, durante as comemorações do “Dia do Presidente”, de 10.000 escolas em todo o território nacional.

<sup>9</sup> Segundo Lourenço Filho, em 1939, o projeto educacional do governo tinha como “fio capital homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, os elementos da arte popular e do folclore, as bases da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e idéias coletivos, em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam” (Lourenço Filho apud Schwartzman, 2000, p. 93).

opções educacionais, de forma alguma consensuais, e cuja discussão a proposta de “aprovação em globo” visava, justamente, evitar.

O ensino primário a princípio ficava sob a atribuição dos estados federativos, havendo possibilidade de diferentes padrões em distintas regiões. A participação da União seria somente reguladora, no caso das ditas “zonas de imigração estrangeira”. Nesta etapa inicial o objetivo era colocar o público infantil desde cedo em contato com a Língua portuguesa – o idioma oficial da nação –, com o sentimento patriótico – por meio do aprendizado dos hinos nacionais e desfiles cívicos – e com a religião nacional, a católica.

Em relação ao ensino secundário a proposta era criar um ensino comum à todos os brasileiros, sem especialização alguma. Para o ensino secundário a reforma educacional mantinha a divisão de dois ciclos: um fundamental, de cinco anos, e outro complementar de dois anos, que provinha da reforma “Francisco Campos”. A função da escola secundária era desenvolver uma consciência humanística no aluno. Cabe ressaltar que mais da metade do tempo escolar era destinado ao ensino de línguas e das matérias de humanidades. Responsável em criar uma formação escolar íntima com a história e o pensamento cultural, no qual o Brasil estava inserido. Moldado segundo os interesses nacionalistas do governo.

Dessa forma, os ensinos primários e secundários repousavam numa base comum. Constituíam um estratégico bloco educacional, criado pelo governo, que antes de especializar os jovens pelo ensino profissionalizante ou universitário, deveria inculcar em sua formação um conhecimento sobre a história do Brasil, seu território geográfico e a importância da cultura nacional. Garantiam, assim, a “Identidade Nacional do Homem brasileiro”.

As iniciativas de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, no que diz respeito ao ensino primário, não receberam o devido destaque, pois é corrente a afirmação de que nesse aspecto, ele nada realizou, salvo quando se trata do processo de nacionalização das escolas comunitárias dos imigrantes. No entanto o processo de gestação da Lei Orgânica do Ensino Primário é importante para compreender os rearranjos da política do ministério Capanema e porque este não obteve no ensino primário o mesmo êxito alcançado com a Lei Orgânica do Ensino Secundário, escrita de próprio punho e destinada às elites. O fracasso de Gustavo Capanema com relação ao ensino primário deve-se em parte ao fato de que as próprias interventorias estaduais acabaram se opondo às intenções unificadoras do regime, criando assim um impasse para o Estado autoritário na implantação de sua política para esse

nível de ensino.

Na sua política dirigida ao ensino primário, Capanema incorporou elementos modernos, como a preocupação com a sua universalização mediante uma rede permanente de escolarização e aporte financeiro regular para implementá-la com critérios públicos objetivos de distribuição de verbas, e elementos tradicionais, como a ambigüidade na definição de quem educa, o que resultou numa equalização de direitos entre o ensino privado e o ensino público.

No ano seguinte à promulgação da Constituição de 1937, iniciou-se o longo processo de gestação da referida Lei Orgânica, com a criação da Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Decreto-lei nº 868 de 1938. A exposição de motivos era clara quanto à intenção de alterar a política que deixava o ensino elementar a cargo de estados e municípios, uma vez que o analfabetismo persistia, com a desnacionalização operada pela escola estrangeira na criança brasileira, e o ensino primário ministrado nem sempre apresentava as qualidades essenciais que deveria cultivar. Faltava-lhe unidade intelectual e moral. Foi com o Estado Novo que, de fato, tomaram-se medidas para superar a isenção da União em relação ao ensino primário e profissional, proposta presente na Assembléia Nacional Constituinte de 1933/1934 e nela tornada consenso.

A nacionalização do ensino elementar foi uma das tarefas da então criada Comissão Nacional do Ensino Primário, ao lado da organização de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo que contaria com a colaboração dos governos federal, estaduais e municipais e, ainda, com o aproveitamento de iniciativas de ordem particular. Verifica-se aí um desvio com relação à implementação da educação primária. As campanhas de alfabetização, tarefa da comissão recém criada, pareciam resgatar aquela concepção tão criticada que se expressou na reforma Sampaio Dória em São Paulo, nos anos 1920: a do “aligeiramento” da educação primária em detrimento da escolarização integral.

Iniciados os trabalhos para a elaboração da Lei Orgânica do Ensino Primário, o primeiro anteprojeto ficou pronto em 1939, sendo enviado às secretarias de educação e também a algumas associações civis e a cidadãos escolhidos. Um ano depois, colhidas todas as sugestões, o anteprojeto original foi remetido ao ministro com as críticas recebidas e continuou sendo discutido por um método de consulta seletivo mais abrangente. Não seria promulgado na gestão ministerial de Gustavo Capanema. O processo de debate interno reflete as mudanças políticas no Estado autoritário e a permanência de questões

historicamente constituídas em período anterior. Já em 1941, a estratégia de integração da União com as administrações regionais cedeu lugar à tentativa de que uma conferência nacional de educação elaborasse as normas da política integradora entre União, estados e municípios. Essa reorientação do processo pode ser explicada pela aproximação do Estado Novo com as forças aliadas na II Guerra Mundial, acarretando a predominância, dentro do governo, das forças mais comprometidas com a redemocratização. Como afirma Marlos Bessa Mendes da Rocha:

Capanema é sensível ao novo momento político e sabe que não irá resolver o problema do ensino básico se não buscar um caminho que não passe pela imposição de um decreto-lei. Aliás, em nenhum momento ele impôs o decreto-lei, tudo não passando de elaboração de anteprojetos. Houve, desde o início, a intuição, senão a consciência revelada na I Conferência Nacional de Educação, (...) de que em matéria educacional não é possível impor, porque se trata de matéria complexa, que mais do que nunca depende da implementação das partes. Capanema perceberá que o caminho do consenso não era mais aquele, de formular o anteprojeto e solicitar as críticas. É preciso que as partes se encontrem, troquem opiniões, modifiquem-nas em função do debate e formulem o consenso. (ROCHA, 1990, p. 96 apud BOMENY, 2001, p. 120).

A partir desse momento, Capanema não mais desejaria estabelecer a unanimidade em torno de uma lei orgânica, mas se restringiria à tentativa de obter o consenso em algumas questões relativas ao financiamento do ensino primário, à ordenação curricular, à distinção entre ensino rural e urbano e à carreira do magistério. Em novembro de 1942, sancionou-se o decreto-lei criando o Fundo Nacional do Ensino Primário, importante instrumento de modernização do Estado para enfrentar a questão do ensino elementar e que previa o estabelecimento dos convênios da União com os estados, o Distrito Federal e os territórios e destes com seus respectivos municípios.

Em 1943, surgiu o segundo anteprojeto de lei orgânica, e em 1944, a terceira e última versão, fruto da pressão da assessoria técnica do ministro, que solicitou urgência de encaminhamento diante dos dados do levantamento estatístico geral de matrícula e frequência do ano de 1943, que acusaram, no caso do ensino primário, uma queda com relação aos dois anos anteriores.

Mas foi preciso esperar três anos até a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Primário, pelo Decreto-lei nº 8.529 de 02 de janeiro de 1946. O regime estado-novista não mais vigorava. Na trajetória que culminou nesse decreto, os objetivos centralistas e unificantes do primeiro anteprojeto foram sendo modificados. A última versão foi aprovada

com poucas, mas importantes modificações. Retiraram-se certas expressões, como “segurança nacional”, e aboliu-se o caráter decisório e censor do ministério. Os serviços assistenciais da escola foram estendidos a todos os alunos, e não apenas aos menos favorecidos, como previam os anteprojetos. E promoveu-se maior equiparação decisória na cooperação entre estados e órgãos técnicos do ministério para a elaboração de programas e diretrizes essenciais.

A Lei Orgânica do Ensino Primário defendia o princípio de que a escola primária é mais do que uma instituição para ensinar a ler, escrever e contar. Ela foi considerada, antes de qualquer coisa, com uma finalidade educativa. Os anseios renovadores acabaram sendo restaurados nos arts. 39 e 41, que instituíram a gratuidade e a obrigatoriedade, e nos arts. 24 e 25, que estabelecem a descentralização. A lei previa também o planejamento educacional, no art. 25, e recursos para a implantação do sistema de educação primária, nos arts. 45, 46, 47 e 48.

A reforma do ensino secundário foi outro ponto de honra do ministério, e suas linhas mestras ilustram a matriz que vencia na definição do que e como ensinar à juventude em um momento crucial de sua formação como futuros profissionais e cidadãos de uma sociedade diferenciada. Confrontavam-se nesse momento posições distintas a respeito do teor que se deveria imprimir à formação dos jovens cidadãos. Educação humanista versus educação técnica; ensino generalizante e clássico versus ensino profissionalizante é par de oposições (falsa oposição?) que até hoje permanecem como desafios à reforma do ensino secundário. O Estado Novo resolveria o problema com uma solução engenhosa. Ao lado da reforma do ensino secundário, onde acabou prevalecendo a matriz clássica humanista, montou-se todo um sistema de ensino profissional, de ensino industrial que deu origem ao que conhecemos hoje como “Sistema S”, ou seja, os Senai, Senac, Sesi etc.<sup>10</sup> Coroando todo esse empreendimento, o ministério re-estruturaria o ensino superior, criando e dando corpo ao grande projeto universitário.

Esse projeto implicava a reordenação da tradição que abrigava diferentes faculdades esparsas que, na avaliação de especialistas do ministério, apenas forneciam diplomas para as profissões normais sem um plano de conjunto que caracteriza a vida universitária. Esperava-se da universidade que fosse articulada e preparada para a educação das elites que dirigiriam

---

<sup>10</sup> Cf Castro, Cláudio de Moura e Oliveira, João Batista de Araújo e. Formação profissional na nova América Latina: problema ou solução? In: Anuário de Educação 1994. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, p. 99-118.

a nação. Capanema empenhou-se no ensino universitário, certamente o mais ambicioso segmento de seu programa de reformas educacionais. O ministro estava convencido de que com verdadeiras elites se resolveria não somente o problema do ensino primário, mas o da mobilização de elementos capazes de movimentar, desenvolver, dirigir e aperfeiçoar todo o mecanismo de nossa civilização.

A elite que precisamos formar, ao invés de se constituir por essas expressões isoladas da cultura brasileira, índices fragmentários de nossa precária civilização, será o corpo técnico, o bloco formado de especialistas em todos os ramos da atividade humana, com capacidade bastante para assumir, em massa, cada um no seu setor, a direção da vida do Brasil: nos campos, nas escolas, nos laboratórios, nos gabinetes de física e química, nos museus, nas fábricas, nas oficinas, nos estaleiros, no comércio, na indústria, nas universidades, nos múltiplos aspectos da atividade individual, nas letras e nas artes, como nos postos de governo. Elite ativa, eficiente, capaz de organizar, mobilizar, movimentar e comandar a nação. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 206).

O caminho para recrutamento da elite deveria ser o ensino secundário, e o momento de aperfeiçoamento dessa mesma elite seria o ensino superior. Estavam postas, portanto, as prioridades do Ministério da Educação e Saúde da era Vargas. Incluem-se no projeto universitário a Universidade do Brasil, uma continuação da antiga Universidade do Rio de Janeiro (constituída em 1920 como uma reunião das escolas superiores da cidade), concebida para ser o núcleo do grande projeto, e a Universidade de São Paulo (USP), uma iniciativa do governo estadual, em 1934, na interventoria de Armando de Sales Oliveira. Mas, foi em 1937 que finalmente ganhou corpo a formação da nova Universidade do Brasil, que teve como um de seus principais objetivos implantar em todo o país um padrão nacional e único de ensino superior, ao qual a própria USP deveria se amoldar. A concepção unitária do projeto universitário e a normatização de procedimentos para a nacionalização do ensino superior talvez sejam as heranças mais fortes daquele ministério nos tempos do Estado Novo.

Por tudo isso, é possível acreditar que, tomando como base os projetos de reformas educacionais, possamos vislumbrar o “espírito” que orienta a definição de prioridade de uma sociedade e resgatar as linhas que estruturam a vida de um país. O Estado Novo teve na educação um grande pretexto de implementação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional. A dimensão político-ideológica constituiu-se em âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidava sob a liderança de Getúlio Vargas.



### 3 – Cultura e Poder político: divulgação e propaganda

No seu processo de reorganização/legitimação, o Estado Novo consegue combinar uma estrutura de poder altamente elitista com uma base de sustentação policlassista. Assim, em relação às forças sociais, o Estado realiza duplo movimento: procura restringir o núcleo decisório, ao mesmo tempo em que realiza um esforço para ampliar as suas base de sustentação, incorporando certas demandas das camadas populares urbanas.<sup>11</sup> É nítida, portanto, a tentativa do regime no sentido de estabelecer uma nova relação Estado-sociedade. O Estado penetra nos domínios da sociedade civil, assumindo claramente o papel de direção e organização da sociedade. Assim, se auto-elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o “bem público” o alvo de sua ação. O que se verifica, portanto, é um deslocamento de atribuições, onde o Estado assume funções que até então estavam sob o encargo dos diferentes grupos sociais.

A questão da cultura passa a ser concebida em termos de organização política, ou seja, o Estado cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade.

O fato de privilegiarmos a função ideológica do Estado Novo não implica que estejamos descartando a sua função coercitiva, mas nos propondo a pensá-lo na dupla articulação consenso-força (VELLOSO, 1982, p. 72). Sabemos que nenhum governo anterior teve tanto empenho em se legitimar e nem recorreu a aparatos ideológicos tão sofisticados, conforme o fez o novo regime. A ideologia se coloca, portanto, como elemento central do projeto político, na medida em que lhe dá materialidade, efetua a sua organização e integra, de forma diferenciada, o conjunto dos atores sociais.

O lugar do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) neste projeto é de importância decisiva, já que se constitui em um dos mecanismos fundamentais na difusão da imagem do Estado Novo. O DIP foi criado em dezembro de 1939, ocupando a sua direção Lourival Fontes e subordinava-se diretamente ao presidente da República e tinha órgãos filiados nos vários estados (DEIPS). A entidade incluía as seguintes divisões: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa, cujo objetivo seria o de “centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa”. É necessário

---

<sup>11</sup> Eli Diniz, “O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe” em Bóris Fausto (org.), O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964), t. III, v. 3. São Paulo: Difel, 1981, p. 77-118.

ressaltar que é durante o Estado Novo que se elabora a montagem de uma propaganda sistemática do governo. E o que é mais inédito é que existe todo um discurso que legitima a necessidade de se propagandear o governo.

A imprensa se coloca como o setor mais eficiente do DIP. Voltada prioritariamente para o exercício da censura e da propaganda do regime, veicula o discurso estado-novista, principalmente, nos jornais e revistas. Observa-se ainda que a elite, mais próxima dos interesses nacionais, deve apoiar e reforçar o poder público, porque só ele “dispõe de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação de uma notícia é ou não conveniente” (VELLOSO, 1982, p. 73).

Ao destacarmos a imprensa, não estamos minimizando a importância dos outros meios de comunicação, como rádio, cinema, teatro etc., que se mostram altamente eficazes na difusão do ideário do regime. A nossa hipótese é a de que o discurso veiculado pelo conjunto dos meios de comunicação tem a sua matriz na imprensa escrita. Tomaremos as revistas como objeto de análise, na medida em que parecem configurar simultaneamente o processo de produção e difusão do discurso. Dentre as inúmeras revistas, publicadas no período, que se destinam a propagandear o regime, temos *Cultura Política*<sup>12</sup>, *Ciência Política*, *Estudos e Conferências*, dos Jornais e outras mais efêmeras, como *Brasil Novo* e *Planalto*.

### 3.1 – A revista *Cultura Política*

Sem dúvida, o DIP foi um dos pilares de sustentação do Estado Novo, pois sua estrutura altamente centralizada permitia ao governo exercer o controle da informação, assegurando-lhe o domínio da vida cultural do país através da propaganda, que difundia a ideologia oficial para o conjunto da sociedade.

Inserida nesse contexto, encontrava-se a revista *Cultura Política*<sup>13</sup> – revista oficial do regime – que, além de relatar as realizações governamentais, funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre

<sup>12</sup> Marcus Figueiredo mostra a *Cultura Política* como referencial obrigatório para os pesquisadores do período. Apresenta a estrutura editorial da publicação e faz um levantamento dos seus editores. Ver Marcus Figueiredo, “*Cultura Política: revista teórica do Estado Novo*”, *Dados*, novembro de 1968, p. 221-246.

<sup>13</sup> Dirigida por Almir de Andrade, diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que circulou durante o período de 1941 a 1945, era uma publicação bem divulgada, vendida nas bancas de jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Vargas e o Estado Novo.

A *Cultura Política*, conforme enuncia o seu subtítulo, configura-se uma revista de “estudos brasileiros”, cuja proposta é a de “definir” e “esclarecer” o rumo das transformações sócio-econômicas e políticas do país. As realizações do governo nos mais diversos setores – política, economia, técnica, arte, letras, ciências – são registradas. A revista anuncia os seus propósitos de promover e estimular o debate sobre a problemática regional, desde que se circunscreva ao contexto nacional.<sup>14</sup>

Por ocasião do quarto aniversário do regime, em outubro de 1941, evidencia-se o cunho oficial da publicação, na medida em que transcreve as palavras do presidente da República e de vários ministros de Estado. Enquanto o depoimento destes se constitui numa manifestação de solidariedade à “nova ordem” instituída, o de Getúlio Vargas enfatiza o papel relevante da *Cultura Política* na construção do ideário estado-novista: “As publicações periódicas do feitio de *Cultura Política*, com diretivas firmes de doutrina e elevação no debate dos problemas nacionais, constituem uma necessidade nas épocas de reforma e reconstrução como a que o 'Estado Nacional' iniciou no Brasil”. (*Cultura Política*, novembro de 1941, p. 1).<sup>15</sup>

Dentro desse projeto, os intelectuais desempenharam papel fundamental. Os intelectuais sempre tiveram, dentro das sociedades, a responsabilidade pela transmissão de valores morais e éticos e também a responsabilidade por educar, cultural e politicamente, os indivíduos. José Ortega Y Gasset confirma essa hipótese ao afirmar que “a missão do intelectual é educar o povo para que não haja intermediários entre o Estado e a população”. (BASTOS, 2003).

Por meio das vozes da intelectualidade brasileira, a revista *Cultura Política* foi designada para ser o veículo transmissor dos ideais políticos-ideológicos do Estado Novo para a estruturação da “nova ordem” dentro do processo de modernização proposto pelo regime. Era neste espaço, moderno e organizado, que os intelectuais deveriam cumprir um papel de fundamental importância, pois, além de guardiões e difusores dos valores sociais, a eles cabia a função de unir governo e povo, traduzindo a voz à sociedade. Almir de Andrade, diretor da revista e grande difusor do projeto político do Estado Novo, estabelece uma interessante relação entre política e cultura:

---

<sup>14</sup> A propósito dos objetivos gerais da *Cultura Política*, consultar o nº 1 desta revista, de março de 1941.

<sup>15</sup> *Cultura Política* nº 9, edição extraordinária comemorativa do quarto aniversário do regime, novembro de 1941.

(...) entre a cultura e a política (existe um) traço vigoroso de união. A cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes de inspiração popular. A política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido de orientação para o bem comum (ANDRADE, *Cultura Política*, maio de 1941, p. 7).

Ainda em relação à participação da intelectualidade, o questionamento do historiador Denis Rolland é também muito pertinente:

Se a ditadura varguista é ambígua, é, entre muitas razões, porque um grupo significativo de intelectuais perceberá rapidamente que tudo não foi perdido com o novo regime. No âmbito do Estado Novo, os intelectuais são chamados a participar na construção da cultura nacional. Assim é concedido ao intelectual o papel de conselheiro consultivo do Estado (BASTOS; RIDENTI; ROLLAND, 2003, p. 86-87).

Assim, a revista *Cultura Política*, ao atuar na difusão sistemática do projeto político do Estado Novo, criou uma base social capaz de conferir legitimidade às propostas e unidade nacional, harmonia social, intervencionismo econômico e de centralização política. Ou seja, deu legitimidade para que o regime criasse seus próprios aparatos culturais, e a questão da cultura passou a ser concebida em termos políticos. Segunda a historiadora Ângela de Castro Gomes, a revista *Cultura Política*

(...) tinha como função duas missões fundamentais como prestadora de serviços ao Brasil. A ela cabia definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que se vinham processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências etc., e debater constantemente os valores que orientavam tais mudanças.(GOMES, 1996, p. 127).

Parece-nos interessante o fato de que o espaço de discussão proporcionado pela revista não exclui tendências opostas, ao contrário, colocou lado a lado comunistas, liberais e autoritários, fato que pode nos mostrar que o autoritarismo do regime – capaz de evitar essas manifestações antagônicas – coexistia com o discurso da cultura política nacionalista, que para a intelectualidade era algo de extrema importância na consolidação da nação brasileira. Aliás, na análise de Serge Berstein, a heterogeneidade dos componentes que desenvolvem as malhas política e social que recobrem a construção da cultura política de um povo podem ser explicadas quando analisamos que, “se o conjunto é homogêneo, os componentes são diversos e levam uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose uma base

filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número”. (BERSTEIN, 1998, p. 351).

Não obstante, percebemos que a multiplicidade do campo intelectual, por diversas vezes, convergiu para um ponto comum, qual seja, o estabelecimento e a manutenção da unidade nacional, aliás, a unidade nacional apresenta-se sempre como termo recorrente nos artigos de *Cultura Política*, sendo apontada como o grande projeto de Vargas para o país. Para esse projeto, nada melhor do que contar com o apoio daquele que tinha na visão da historiadora Mônica Velloso (2003, p. 146-147) “a missão de procurar uma saída para a crise e encontrar uma forma de organização cultural e social que emancipe o homem da alienação causada tanto pelos avanços técnicos como pelo poder político”.

Dentre os inúmeros colaboradores da *Cultura Política* encontravam-se os próprios ideólogos do regime, com Almir de Andrade, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Lourival Fontes e Cassiano Ricardo. Mas Graciliano Ramos, Gilberto Freyre e Nelson Werneck Sodré, com ideologias políticas distintas, também colaboravam com inúmeros artigos.

Os intelectuais orgânicos seriam os intérpretes das propostas do governo, dos ideais do chefe de Estado, mas, além disso, as fontes nos levam a pensar na hipótese de que os intelectuais viam no governo Vargas o desenvolvimento, a autonomia e a união do Brasil como um Estado forte e promissor. Essa hipótese pode ser confirmada por um trecho da revista *Cultura Política*, escrito pelo professor regente da Universidade do Brasil, Ney Cidade Palmeiro, um dos intelectuais do período:

Conciliando a autoridade com a liberdade, amparando o trabalhador, a família, a infância e a adolescência, orientando a educação nacional, organizando a Juventude Brasileira, assegurando a defesa da Pátria, promovendo a grande siderurgia, a extração do petróleo e o aproveitamento dos enormes recursos dos nossos solo e subsolo, fiscalizando a imigração e a colonização, incentivando a “marcha para o Oeste”, elaborando novos Códigos, aperfeiçoando a organização judiciária, introduzindo honestos processos para o provimento dos cargos públicos, mantendo a solidariedade americana, estimando o civismo, o Estado Novo, sob a direção segura de um verdadeiro estadista, realiza o que dispõe o art. 1º da Constituição: “o poder político é exercido em nome do povo e no interesse do seu bem-estar, da sua honra, da sua independência e da sua prosperidade” (PALMEIRO, *Cultura Política*, agosto de 1941, p. 179)

A mesma hipótese pode ser percebida no discurso do intelectual Wolfgang Holfmann Harnisch, também em *Cultura Política*:

O Estado Nacional, sendo mais que um ente estatal novo no lugar de um velho, não só renova o Estado e a Nação, mas também o país e o povo; em suma, transforma o Brasil em sua complexidade (HARNISCH, *Cultura Política*, maio de 1943, p. 18-19).

Getúlio é uma parte desse povo. Sim, ele é a corporificação do seu povo em toda a complexidade deste. Tanto vive nele o passado brasileiro como nele está encarnado o presente, como já leva em si os traços do futuro. É tanto a encarnação da brasilidade quanto o Estado Nacional representa a getulização do Brasil (HARNISCH, *Cultura Política*, janeiro de 1943, p. 37).

Assim como Ney Cidade Palmeiro e Wolfgang Holfmann Harnisch uma legião de intelectuais colaboradores da revista viam em Vargas o homem capaz de promover a união nacional. Todos esses intelectuais convergiam para um ponto em comum, o estabelecimento e a legitimação da nação brasileira, em sua amplitude, ou seja, sem excluir seus cidadãos, seja pela distância territorial, pela posição social ou econômica, ou ainda pelo seu poder político.

Como bem lembra Mônica Pimenta Velloso, o alto grau de organização e eficiência no manejo da informação demonstrava o objetivo do projeto ideológico estado-novista. A autora comenta, evidenciando essa modernidade, que cada seção da revista *Cultura Política* era precedida de uma nota introdutória em que se explicavam seus objetivos e princípios norteadores, seguindo-se notas bibliográficas sobre os autores.

Nesta questão, torna-se bastante pertinente relatar, na íntegra, algumas notas introdutórias da Revista, não só pela sua importância, mas, também, para ilustrar o comentário da autora acima mencionada. Antecedendo o artigo que transcreve a entrevista do chefe da nação aos jornais argentinos sobre a nova organização democrática do Brasil, a nossa política de fraternidade continental e a nossa posição social em face do mundo moderno, sob o título “A democracia brasileira diante da América e do mundo”, a nota introdutória reafirma os ideais do projeto estado-novista – sem deixar de enaltecer a figura de Getúlio Vargas –, dando início ao processo de unificação cultural e integração entre sociedade e estado, tendo à frente o discurso dos intelectuais publicado na revista *Cultura Política*:

Nêstes (sic) dez anos de lutas políticas pela estabilização das conquistas e concretização das aspirações revolucionárias do 1930, tem sido o Presidente Getúlio Vargas o pensamento diretor e inspirador da nossa vida pública, o mais ativo doutrinador do novo Estado Brasileiro, o que maior eco e compreensão tem encontrado em todas camadas populares do país. Em suas palavras, ainda mais, em suas ações, têm-se refletido aspirações profundas do povo brasileiro, em seus ideais de paz e de concórdia, de tolerância e de equilíbrio, de força e

de brandura, de respeito ao trabalho e de amor ao homem e à terra. Definir e interpretar esse pensamento esclarece-lo sob todos os aspectos, é a finalidade desta seção – que visa, com isso, um esclarecimento e uma interpretação dos próprios rumos políticos brasileiros, que nêle (sic) se têm espelhado em seus momentos mais significativos (Cultura Política, agosto de 1941, p. 152).

No texto “As diretrizes da nova política do Brasil”, escrito pelo diretor da revista – Almir de Andrade – parecer seguir esse mesmo teor de valorização do chefe de Estado e dos intelectuais:

É da essência de todas as grandes revoluções da cultura que elas cristalizem antes no espírito de um líder e sejam por este planejadas, sugeridas, conduzidas. A natureza humana não age às cegas, em suas grandes criações. Há sempre uma ou várias inteligências individuais que a contemplam, que do alto lhe percebem os contornos, que a definem em suas necessidades e em seus rumos, que a orientam para este ou aquele objetivo. A missão insubstituível desses intérpretes da consciência coletiva é sentir como todos sentem, é pensar o que todos pensam, é lutar pelo que todos aspiram. Nessa identificação profunda com a alma popular é que reside toda a força e toda a fecundidade de suas ações (ANDRADE, Cultura Política, janeiro de 1943, p. 8).

Como um dos intérpretes da consciência coletiva, Getúlio instaura um regime baseado na “ordem”, em que a ideologia dominante é claramente anticomunista. O autoritarismo do regime é uma resposta às “forças desagregadoras” representadas pelo inimigo interno – a ideologia comunista revolucionária. Também é possível notar na retórica de Vargas o seu projeto pessoal de poder político e a sua crença de que somente um governo de pulso forte livraria o Brasil das garras do “perigo vermelho”. Ocorre que, se as instituições políticas estavam em perigo, a fragilidade era do poder central que então não conseguiria enfrentá-lo.

Dentro dessa perspectiva, Maria Helena Rolim Capelato, no artigo “Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva”, discorre sobre os significados de uma nova cultura posta em prática a partir dos regimes em vigência no Brasil entre 1937-1945. A autora aborda as formas de construção da identidade nacional coletiva através dos alicerces da educação, trabalhados em um sentido doutrinário:

O golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo eram justificados como medida de salvação contra os inimigos. A Revolução de 1930 salvara o país das oligarquias decadentes; o golpe de 1937 livrara a sociedade da ameaça de desintegração provocada pelo inimigo comunista. O Estado Novo completaria a obra de destruição e construiria um Brasil novo, um Brasil próspero (CAPELATO, 1996, p. 342).

A figura de Getúlio Vargas passa a ser associada com a do indivíduo que vem representar os anseios do povo, de uma nação, que vem dar forma aos sonhos e desejos mais profundos da coletividade. Dessa forma, a promessa de uma “nação grande e próspera”, de terra para todos, de saúde e bem-estar foi repetidamente divulgada através da mídia e, como consequência, acabou refletindo no imaginário popular. Para um melhor entendimento, é importante ressaltar que a razão consciente é movida pela paixão que brota do inconsciente e, assim, permite que os sonhos e os desejos advindos tenham uma esperança de se realizar. Comenta Vavy Pacheco Borges:

O imaginário dito coletivo ou social incontestavelmente exerce enorme papel na política, pois, em nossas mentes e corações, o real e o quimérico se entrelaçam se entremeiam inexplicavelmente, como mostram filósofos, psicanalistas, sociólogos, antropólogos, literatos e historiadores. Esse imaginário intervém em muitos dos níveis da vida coletiva e em especial na política, em relação às esferas de decisão sobre os nossos atos, na memória social, nas dimensões de se pensar o futuro. (VAVY, 2000, p. 163).

Os argumentos desenvolvidos nos discursos dos intelectuais da revista *Cultura Política* não foram diferentes. Expressões de certos intelectuais podem demonstrar, com clareza, o rumo que as publicações em *Cultura Política* costumavam tomar. Vejamos:

Getúlio Vargas compreendeu as solicitações de nossa alma e os imperativos do nosso meio, e foi por isso que pôde disciplinar as nossas forças, harmonizar e hierarquizar os nossos valores, coordenar os nossos traços essenciais, enfim, revelar a nação e traçar-lhe um destino que o Estado Novo vai realizando. (FIGUEIREDO, *Cultura Política*, agosto de 1941, p. 31).

Ainda nessa linha de argumentação, Almir de Andrade afirma que “numerosas têm sido as oportunidades em que o presidente Getúlio Vargas nos deu o exemplo de uma compreensão exata e rápida de cada momento e de uma solução apropriada a cada caso concreto” (*Cultura Política*, janeiro de 1943, p. 10). Segundo Wolfgang Holfmann Hanisch “Com o Estado Nacional o Brasil tornou-se exclusivamente brasileiro” (*Cultura Política*, janeiro de 1943, p. 18).

Em “*Bandeiras do Século XX*”, Cassiano Ricardo afirma ser a preservação da unidade nacional, a maior realização do Estado Novo. Fundamental para o desenvolvimento



desse argumento, o mito da “Marcha para o Oeste” ou do “Estado Bandeirante”, inventado por Cassiano Ricardo e repetido à exaustão em vários artigos, atesta que o Estado Novo, atendendo ao ideal bandeirante, continuaria a marcha para o oeste com o objetivo de promover a união do território nacional.

A ideia de aventura e desbravamento deveria mobilizar os sonhos de milhares de brasileiros, abrindo os sertões à civilização. Para outros, menos afeitos às grandes aventuras, prometia-se a felicidade por meio do elogio do trabalho e das virtudes do lar. Como afirma Ângela de Castro Gomes (1996, p. 55) “o trabalho desvinculado da situação de pobreza, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania”.

Getúlio Vargas ao operar com as idéias de ordem/progresso, progresso/trabalho, enfatiza a ordem sendo traduzida pelas imagens de conforto e segurança remetidas ao imaginário coletivo, assinalando, desta forma, a valorização do trabalho como condição humana; como formador do homem; como elemento mediador da relação entre homem e sociedade e entre homem e natureza; como atividade produtiva; como fonte de riqueza, abundância e progresso e como fonte de conhecimento do bem e do mal.

Pela intensidade de seu conteúdo, citaremos parte do artigo escrito por Getúlio Vargas, publicado pela revista *Cultura Política*, em que ele faz uma reflexão ilustrando as características centrais da ideologia do Estado Novo, ao mesmo tempo em que revela a existência de segmentos relativamente divergentes no interior do regime, que viam num regime autoritário o caminho para a estabilização política e a modernização econômica do país.

A ordem social, a paz, o trabalho, a tolerância política favorecem o desenvolvimento de todas as capacidades criadoras da coletividade. A vida popular conquista um mais alto nível de estabilidade. Usos, costumes, artes, literatura, ciências adquirem um impulso novo de verdadeira floração intelectual e estética (...). (VARGAS, *Cultura Política*, setembro de 1941, p. 65).

Era através da concretização do Estado Novo, do Estado Nacional, que este país caminharia para o progresso, deixando para trás o sistema liberal, onde, segundo os intelectuais, se encontrava a “doença” do Brasil: um governo liberal-federalista. Para Azevedo Amaral, desde sua formação, o Brasil tinha aspirações republicanas. No entanto, o maior problema do país era o caráter elitista que este sentimento republicano apresentava:

No espírito desses brasileiros, mais ou menos cultos todos eles, e na sua grande maioria colocados em situação econômica e social confortável, a ideologia revolucionária não passava de fonte de prazer intelectual e entre a aceitação teórica dos postulados do republicanismo democrático e qualquer tendência à sua aplicação prática mais ou menos imediata, havia para aqueles homens um abismo intransponível. (AMARAL, *Cultura Política*, maio de 1941, p. 156).

O autor tece críticas ainda em relação ao caráter exógeno de nosso republicanismo, relacionado ao seu caráter elitista, como já foi dito o que não permitia a co-participação popular. Por sua vez, Nelson Werneck Sodré percebe como grave problema da formação histórica brasileira a ausência de uma unidade nacional.

Sobre o papel de Getúlio Vargas e a necessidade do Golpe de 10 de novembro de 1937, afirmam:

Personificando os sentimentos, as aspirações e a vontade do Brasil como nenhum outro homem de Estado o fez em toda a nossa história, o chefe da revolução de 1930 tornou-se o mandatário da Nação para executar a obra de reorganização, que deveria constituir o empreendimento a ser levado na última etapa da evolução da política republicana (AMARAL, *Cultura Política*, maio de 1941, p. 172).

Chegado ao poder, num momento de intensa e de manifesta desorientação, o presidente Getúlio Vargas encontrava, na sua predestinação política e na articulação de qualidades que lhe eram inatas, o equilíbrio, a sobriedade, a tolerância, a sagacidade, a clareza, o conhecimento dos homens e a objetividade da visão, a arma com que devia, desde logo, procurar introduzir, paulatinamente, no tumulto desencadeado, a influência moderadora, mas firme de sua vontade, estabelecendo linhas e definindo motivos, enquadrando, aqui e ali, fatores novos, estabelecendo, dentro da escala reduzida e confusa dos valores, o primado de escolhas vinculadas a um novo critério. (SODRÉ, *Cultura Política*, junho de 1941, p. 153-154).

Não é possível, porém, que nos esqueçamos de que o Estado Novo era regido por um sistema autoritário – ditatorial – e que, portando, os excessos de crítica, ou o simples fato de a crítica ser interpretada como algo que comprometesse o projeto nacional, seriam reprimidos no mais “legítimo” rigor da censura – que atingia em cheio os meios de comunicação. O governo estado-novista empenhou-se em seu projeto, no estabelecimento do consentimento público, a fim de estabelecer a paz social. Aqui, os intelectuais eram convidados a participar de editais como a revista *Cultura Política* – no caso dessa revista, o convite cabia à classe mais alta da intelectualidade.

O convite não era obrigatório e a possibilidade de não se aceitar participar desse projeto era possível e, efetivamente, existiu. O que o Estado Novo não toleraria devido a sua

postura autoritária seriam críticas e publicações que comprometessem o projeto nacional. A questão aqui não era aceitar participar do projeto estado-novista para não ser perseguido pelo sistema, mas aceitar para fazer parte de algo que poderia ser viável, ou até mesmo aceitar para estar na cena oficial da produção intelectual, e inclusive pela oportunidade de se desempenhar o papel intelectual de orientar a população nesse período de larga mudança.

#### 4 - Considerações finais

Para os ideólogos do Estado Novo, a educação e a cultura, como as demais atividades, devem estar a serviço da nação. Os intelectuais são os que captam, são os intérpretes dos anseios da sociedade, e, ao colaborarem com o Estado, tornam-no capaz de disciplinar, de coordenar, permitindo o funcionamento de um todo orgânico. O papel do Estado é sempre visto como o de tutor, de pai, diante de uma sociedade imatura, indecisa, carente de guia.

Durante a pesquisa levantamos os seguintes questionamentos: qual a postura do intelectual diante dos dilemas do seu tempo? Concluímos que a maioria dos intelectuais, independente de sua origem de classe, de sua formação ou especialização, encontrou espaço para atuar junto aos novos organismos criados pelo Estado no pós-30. O nacionalismo e o regionalismo passam, nos anos 20, a ocupar as atenções dos intelectuais que, não satisfeitos com o Brasil, procuram soluções, apresentam perspectivas para a salvação nacional. E é esta tradição de busca de raízes culturais, que vai ser recuperada pelos ideólogos de 37, um dos caminhos para a compreensão dos vínculos entre a elite cultural e o projeto de modernização do Estado e da sociedade brasileira durante a vigência do novo regime.

O Estado Novo em sua complexa trama de “tradição” e “modernização” exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. Figuras oriundas do modernismo foram desembocar numa corrente comum que se insere no projeto de construção do Estado nacional. De um lado, o próprio crescimento do Estado pós-30 permitiu a cooptação dos intelectuais nas novas instituições culturais; de outro, cremos ter havido uma confluência de orientações. Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado.

Daí a importância dos instrumentos de ação educativa – o rádio, o cinema, os esportes –, garantindo a comunicação direta entre o governo e a sociedade, e permitindo ao governo o exercício do seu papel: educar o povo. Como a sociedade é representada como imatura, há necessidade de interferência do Estado no processo de homogeneização cultural.

O novo regime, instaurado em 1937, assume como ideário a crença de que cada povo deve elaborar suas instituições obedecendo às inspirações particulares, aos imperativos históricos de seu tempo. Daí a importância da “nova democracia”, que segundo seus ideólogos, era genuinamente brasileira. Deveria ser reconhecido o caráter nacional da

organização política implantada. O “Estado Nacional”, como era comumente denominado o novo regime, era aquele capaz de disciplinar forças e produzir o progresso social, já que este era dependente de um ordem política adequada. O Estado Novo pretendeu educar doutrinando, principalmente por meio da atuação de suas agências culturais e iniciativas ligadas ao DIP.

Esta postura por parte dos administradores do projeto cultural do Estado encontrava correspondência na visão que os intelectuais tinham de si próprios. Eles se viam como uma nova elite contraposta à oligarquia. Esta elite, composta pelos mais capazes, mais cultos e voltados para os verdadeiros anseios do povo brasileiro, possuidora de uma visão de totalidade, se encontrava em oposição aos oligarcas, que representariam os interesses específicos de grupos e classes. A “boa” elite aceita a hierarquia, a coordenação política e a ordem e, embora, nem todos os seus membros participassem diretamente da atividade política identificada, no Estado Novo, com a ação administrativa, vê a ordem autoritária como um esforço de modernização da sociedade brasileira.

E é esta confluência de representação da política, da cultura e do papel dos intelectuais que leva Almir de Andrade a dizer: “O meio social brasileiro encontrou, na nova política do Brasil, a realização de tudo o que a nossa vocação de povo ansiava: ela reatou-nos às nossa próprias raízes, permitindo que o homem brasileiro se encontrasse novamente a si mesmo”.<sup>16</sup>

A “cultura política” (a visão política que procura na cultura o cerne da nacionalidade, que faz da realização e do incentivo a bens culturais uma atividade precípua do Estado) produzida pelo Estado Novo foi o modelo mais bem estruturado de relações entre a cultura e a política na história do Brasil. Este modelo definiu um campo cultural ao demarcar as questões que mereciam a atenção dos pensadores; trouxe os autores para o mesmo debate, ainda que eles mantivessem posições distintas; e, importa destacar, operou ao nível da ideologia, explicou o passado e o presente, deu orientação aos cidadãos e conferiu legitimidade ao sistema político. Sua complexidade e abrangência deixaram marcas na cultura brasileira, no processo de socialização das novas gerações, levando a que sobrevivesse, em muito ao regime político que abriu espaço para a sua formulação.

Não queremos dizer que, de 1945 aos nossos dias, não se tenham produzido novas propostas, novas pesquisas, novo modo de pensar, mas cremos que o núcleo dessa relação entre a política e a cultura foi forte o bastante para resistir aos impactos da redemocratização

<sup>16</sup> Almir de Andrade, “Política e cultura”, in *Cultura Política*, ano I, nº 3, abril de 1941, p. 7.

e do aumento da complexidade na esfera cultural da sociedade. Esse padrão de integração entre cultura e política do Estado Novo foi sendo alterado, apenas, pelo desenvolvimento da indústria cultural nos anos 60 e 70.

## Referências

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989
- BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARROS, Alexandre de S. C. A formação das elites e a continuação da construção do Estado nacional brasileiro, in *Revista Dados*, nº 15. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1977, p. 101-121
- BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: EDUSP, 1996
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: SIRINELLI, Jean-François e RIOUX, Jean-Pierre. *Para uma história cultural*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dívidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997
- BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista (SP): Ed. Universidade de São Francisco, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000
- BOTELHO, André. *Aprendizado no Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 16. nº 31 e 32, 1996.
- CARNEIRO LEÃO, A. et alii. *À margem da história da República*. Rio de Janeiro: Anuário

do Brasil, 1924

CARVALHO, Marta M<sup>a</sup> Chagas de. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et alii. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As Instituições da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ: FGV, 1999

DOMINGUES, Heloísa M. Bertol. O intelectuais e o poder na construção da memória nacional. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 87, out/dez, 1987, p. 43-57

FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Entrevista a Transformação*, nº 2, 1975, p. 29-30

FIGUEIREDO, Marcus. “Cultura Política: revista teórica do Estado Novo”, *Revista Dados*. Rio de Janeiro: IUPERJ, novembro de 1968, p. 221-246.

GOMES, Ângela de Castro. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000

\_\_\_\_\_. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

HORTA, J.S.B. Plano Nacional de Educação: da tecnocracia à participação democrática. In: CURY, C.R.J.; HORTA, J.S.B.; BRITO, V.L.A. *Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional de Educação*. São Paulo: Editora do Brasil, 1997, p. 137-206



MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

NUNES, Clarice. As Políticas Públicas de Educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. BOMENY, Helena (org.). Rio de Janeiro: FGV, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Elite intelectual e Debate político nos Anos 30. *Revista Dados*, nº 22. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, p. 79-97

\_\_\_\_\_; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: ZAHA, 1982

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990

RAMOS, Alberto Guerreiro. A inteligência brasileira na década de 30, à luz da perspectiva de 1980. In: *A Revolução de 30. Seminário internacional*. Brasília: UnB, 1982. (Coleção Temas Brasileiros, v.54)

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena M. B.; COSTA, Vanda Maria R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: FGV, 2001

### **Fontes Primárias**

ANDRADE, Almir de. A bandeira, a democracia e o Estado nacional. In: *Cultura Política*. Ano 3, nº 32.

HARNISCH, Wolfgang Holffmann. Getúlio Vargas e o Brasil. In: *Cultura Política*. Ano 3, nº 23.

PALMEIRO, Ney Cidade. Getúlio Vargas, estadista. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 6.

RICARDO, Cassiano. O Estado Novo e o seu sentido bandeirante. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 10.

\_\_\_\_\_. As bandeiras do século XX. In: *Cultura Política*. Ano 2, nº 9.

SODRÉ, Nelson Werneck. O problema da unidade nacional. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 6.

\_\_\_\_\_. Novos aspectos da circulação social no Brasil. In: *Cultura Política*. Ano 2, nº 20.

\_\_\_\_\_. Sentimento da nacionalidade na literatura. In: *Cultura Política*. Ano 3, nº 25.

VARGAS, Getúlio. A democracia brasileira diante da América e do mundo. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 5.

## Anexos

### Escritos de Vargas\*

#### I. Cartas-testamento

Getúlio Vargas deixou várias cartas-testamento, redigidas em momentos críticos. Nelas faz menção à morte como saída ou como resultado possível das crises que enfrentava. Em seu Diário, há também menções a esse respeito. Tais documentos, anunciando a despedida, falam quase sempre em traição, incompreensão, defesa dos humildes contra os poderosos, no seu amor à Pátria e no seu sofrimento. Há em todos, portanto, ingredientes que permitem identificar a maneira mítica e heroica como pretendia ser retratado e lembrado na posteridade.

#### 1930, notas do seu Diário, quando do início da Revolução de 1930.

*Quatro e meia. Aproxima-se a hora. Examino-se e sinto-me com o espírito tranquilo de quem joga um lance decisivo porque não encontrou outra saída digna para seu estado. A minha sorte não me interessa e sim a responsabilidade de um ato que decide do destino da coletividade. Mas esta queria a luta, pelo menos nos seus elementos mais sadios, vigorosos e ativos. Não terei depois uma grande decepção? Como se torna revolucionário um governo cuja função é manter a ordem? E se perdermos? Eu serei depois apontado como o responsável, por despeito, por ambição, quem sabe? Sinto que só o sacrifício da vida poderá resgatar o erro de um fracasso. (Diário, 3/10/1930).*

#### 1) 1945. Carta preparada por ocasião do golpe que extinguiu o Estado Novo

*Nenhum problema político fundamental nos preocupa presentemente. O país vive em ambiente de tranquilidade e confiança e o seu prestígio internacional nunca foi maior.*

*O fim da guerra se aproxima e o único perigo que nos pode ameaçar é o da desordem interna – perigo que está em nossas mãos conjurar. Para tanto precisamos de pouco: compreensão, serenidade, bom senso.*

*Não tenho inimigos senão os que o forem dos interesses da minha Pátria. Não cultivo ódios, não exercerei vinganças, não praticarei violências. Repugnam-me a felonias e*

\* As cartas-testamento de 1954 estão transcritas em Hélio Silva. *Vargas*. Porto Alegre: L&PM, 1980. Todas elas estão também depositadas em seu arquivo pessoal, doado ao Cpdoc/FGV. Os trechos dos discursos foram transcritos de *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1938-1947, 11 volumes e *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952-1969, 4 volumes. O *Diário* de Vargas, foi publicado, em 1995, pela Siciliano e pela Fundação Getúlio Vargas.

a traição.

*Vamos marchar para o prédio eleitoral nas urnas livres.*

*Nada aceitarei para mim. Não sou candidato. Tenho porém um dever a cumprir. Responderei por ele com a própria vida. Tomo por testemunha aos que estão em minha presença, às Forças Armadas que têm sob a guarda a honra e a dignidade da Nação, ao povo brasileiro que sempre procurei servir.*

*Ficarei no meu posto até passar o governo ao escolhido por esse povo. Quem ocupar este cargo não poderá desonrá-lo com um ato de fraqueza. Não o abandonarei, nem pela violência, nem pela traição. Não faltarei aos compromissos que assumir, nem àqueles que em mim confiarem. Os ódios, as paixões, os rancores passarão, permanecendo luminoso e grande o destino imortal do Brasil.(...)*

*Tudo isso se fazia sob a alegação de que eu pretendia candidatar-me a um novo período presidencial, nas próximas eleições. Embora fosse um direito normal nos regimes democráticos pleitear os sufrágios de seus concidadãos, esse era o pretexto para a desordem.*

*Não desejando que o meu nome fosse causa de uma guerra civil, principalmente estando o Brasil empenhado numa guerra externa, declarei, de público, que não era candidato.*

*Sugeri então a candidatura do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, colaborador de meu governo, como candidato da ordem contra a desordem. À medida que essa candidatura tomava vulto, pela articulação das forças políticas, fui tendo conhecimento dos entendimentos secretos do referido general, já de algum tempo, elementos da oposição que se diziam meus adversários e até meus inimigos. (...)*

*Não tenho razões para duvidar da lealdade das Forças Armadas de minha Pátria, às quais sempre prestigiei.*

*Nenhum governo esmerou-se tanto pelo seu fortalecimento quanto o meu.*

*Nenhum cuidou tanto de sua preparação profissional, do selecionamento de seus quadros, do aumento de seus efetivos, do seu equipamento, da melhoria de suas condições materiais e do seu conforto. Não tenho para elas senão sentimentos de apreço e admiração.*

*Fui traído apenas por um chefe militar, no qual depus toda a confiança e cumulei de benefícios, seguido por alguns asseclas interessados e interesseiros. A demagogia, a intriga, a traição imperaram, sem controle, amparadas por esses maus elementos e principais responsáveis.*

*Não havia idéias, nem programas, nem diretrizes construtivas, nos meus opositores. Só o incitamento à desordem. Certos jornalistas sem educação cívica, movidos por interesses subalternos, e alguns políticos torpes ou vesânicos foram os principais instrumentos dessa situação. A intriga e a calúnia, aceitas e até animadas por elementos que cercavam o próprio candidato por mim apresentado e detentor da força que eu lhe pusera nas mãos, tomaram de mim um prisioneiro torturado pelas agressões de uns e pela suspeita cavilosa de outros. (...)*

*Resolvido a manter minha palavra de que não seria candidato, preferi transigir com essa situação angustiante. E continuei orientando os acontecimentos para a solução político-eleitoral já definida pela apresentação dos dois candidatos militares.*

*Estava eu, porém, ameaçado, a cada momento, de deposição por um golpe de força. Por isso redigi estas notas à guisa de informação, para que sejam publicadas, se vierem a confirmar-se esses fatos por mim esperados. Escravo de minha palavra empenhada, de forma pública e solene, estou firmemente decidido a resistir, mesmo isolado, a qualquer golpe de traição ou violência.*

*Não ser candidato para evitar a desordem, é um ato de abnegação e desinteresse que meu país tem o direito de esperar de minha parte.*

*Resistir à violência para me depor do governo é um dever.*

*Primeiro, porque não resistir seria um ato de fraqueza, incompatível com a dignidade do cargo e a felonía dos agressores. Segundo, porque constituiria um mau exemplo para o futuro.*

*Lúcido e consciente, estou resolvido a esse sacrifício para que ele fique como um protesto, marcando a consciência dos traidores.*

*Se sucumbir, vítima de uma agressão, deixarei aos meus autores morais e materiais, como um legado de infâmia, a ignomínia do atentado que contra mim praticarem.*

*Sinto que o povo brasileiro a quem nunca faltei, no amor que por ele tenho e na defesa de seus direitos e legítimos interesses, está comigo.*

*Ele me fará justiça! 13 de abril de 1945, Getúlio Vargas (Arquivo Getúlio Vargas).*

## **II. Ideário político**

*É uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós. (...) O voto secreto, medida salutar, aconselhável para assegurar a independência do eleitor, não é bastante para evitar a prática das tranqüibérnias políticas. (...) Não desejei a indicação de meu nome à Presidência da República. Nenhum gesto fiz, nenhuma palavra pronunciei nesse sentido. Minha candidatura surgiu espontaneamente, apresentada por várias correntes de opinião, que se solidarizaram em torno de um conjunto harmônico de idéias, de métodos administrativos, de normas governamentais. (...) Todos desejam a prosperidade, a felicidade da Pátria; todos aspiram à implantação de um governo que bem compreendia as verdadeiras necessidades e conveniências do Brasil; todos, por isso mesmo, devem esforçar-se para que o pleito se realize serenamente, produzindo o menor abalo possível. Este é o pensamento dos liberais, que, aliás, não poderiam ter outro, visto como se batem pelo advento de uma fase de esquecimento de ódios e prevenções, pela fraternização, enfim, de todos os brasileiros. (Plataforma da Aliança Liberal, 2 de janeiro de 1930).*

*(...) Não devemos poupar esforços para desenvolver, entre nós, a indústria militar, como aperfeiçoamento dos arsenais. Libertando-nos, tanto quanto possível, dos mercados estrangeiros na compra de material bélico, ao mesmo tempo fortaleceremos a nossa capacidade de resistência militar. (...) Até agora, não assiste ao Brasil direito algum de queixa contra as suas classes militares. (...) Elas foram, invariavelmente, guardas da lei, defensoras do direito e da justiça. Não se prestaram nunca, nem se prestarão jamais, à função de simples autômato, como instrumento de opressão e de tirania, a serviço dos dominadores ocasionais. (Plataforma da Aliança Liberal, 2 de janeiro de 1930).*

*O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. (...) A defesa do café constitui, sem controvérsias, o maior e mais urgente dos problemas econômicos atuais do Brasil (...). Da sua sorte dependem, assim, o câmbio e a estabilização do valor da moeda. (Plataforma da Aliança Liberal, 02 de janeiro de 1930).*

*Tanto os velhos partidos, como os novos em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e na combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos (...). A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais (...)*

*Quando os partidos tinham objetivos de carácter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes (...)*

*Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sobre esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e amenizar o poder público. O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional (...); aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais (...)*

*Todos os esforços realizados pelo Governo no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da Nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes, em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público (...). Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação. Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam. Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo. Se queremos reformar, façamos, desde logo, a reforma política. Todas as outras serão conseqüências desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de*

*teoria política. (Proclamação ao povo brasileiro, 10 de novembro de 1937).*

*(...) Relegados à existência vegetativa, privados de direitos e afastados dos benefícios da civilização, da cultura e do conforto, os trabalhadores brasileiros nunca obtiveram, sob os governos eleitorais, a menor proteção, o mais elementar amparo. Para arrancar-lhe os votos, os políticos profissionais tinham de mantê-los desorganizados e sujeitos à vassalagem dos cabos eleitorais. (A política trabalhista do Governo e seus benefícios, 01 de maio de 1940).*

## Cronologia – Getúlio Vargas, 1882-1954

### 1882

- Getúlio Vargas nasceu em São Borja, cidade do estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, fronteira com a Argentina, proveniente de uma família de políticos e estancieiros locais. (19/04)

### 1907

- Depois de abandonar a carreira militar, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo sido orador da turma.

### 1908

- Nomeado segundo promotor público do Tribunal de Porto Alegre.

### 1909

- Eleito à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul, re-eleito em 1913, renunciou ao mandato por discordâncias com a política local. Foi re-eleito em 1917 e em 1921.

### 1922

- Eleito à Câmara Federal em outubro. Em novembro, foi designado presidente da Comissão de Constituição e Poderes. Foi re-eleito deputado federal em 1924, quando assumiu a liderança da bancada de seu partido na Câmara, o Partido Republicano Rio-Grandense. Em 1925, integrou a Comissão de Reforma da Constituição, e no ano seguinte, a Comissão de Finanças da Câmara.

### 1926

- Designado ministro da Fazenda do presidente Washington Luís. (15/11)

### 1928

- Assumiu a chefia do poder Executivo em seu estado natal. (25/11)



## 1929

- Criada a Aliança Liberal, coligação de políticos e militares de todo o país, sob a liderança dos estados do Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A Aliança opunha-se ao encaminhamento dado pelo presidente Washington Luís à sucessão presidencial. Impondo o paulista Júlio Prestes como seu candidato. Washington Luís rompia com o pacto oligárquico que sustentara a República, desde o início do século, cindia as oligarquias e abria espaço para o movimento revolucionário. (Agosto)
  - A Aliança Liberal aprovou, em convenção, a chapa Getúlio Vargas – João Pessoa, este último governador da Paraíba. (20/09)

## 1930

- Getúlio Vargas leu sua plataforma política em praça pública, defendendo o “homem brasileiro”, a reorganização da justiça federal, o combate aos problemas sociais, e criticando o processo eleitoral vigente. (2/11)
- Eleição de Júlio Prestes, candidato situacionista, para a presidência da República. (1/3)
- João Pessoa, companheiro político de Vargas, foi assassinado em Recife, capital de Pernambuco. A morte teve causa passional, mas foi apropriada politicamente pelos conspiradores da Aliança Liberal. Criou-se uma atmosfera favorável à revolução. (26/7)
- Início da Revolução de 1930, movimento político e militar com adesão popular que resultou na deposição do presidente Washington Luís e na ascensão de Vargas à presidência. Levantes militares ocorreram em diversos estados do país. Tropas partiram do Rio Grande do Sul em direção ao Rio de Janeiro. Nessa mesma data Vargas dá início a seu *Diário*, onde registra (3/10):

*Se todas as pessoas anotassem diariamente num caderno seus juízos, pensamentos, motivos de ação e as principais ocorrências em que foram parte, muitos, a quem um destino singular impeliu, poderiam igualar as maravilhosas fantasias descritas nos livros e aventuras dos escritores da mais rica fantasia imaginativa. O aparente prosaísmo da vida real é bem mais interessante do que parece. Lembrei-me que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar.*

*Não o fiz durante a minha mocidade, cheia de tantos episódios interessantes e dignos de anotar que se vão apagando pouco a pouco da memória. Depois, o trato contínuo com os homens e as*

*observações feitas sobre os mesmos em fases e circunstâncias diferentes nos habilitam a um juízo mais seguro.*

*Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução. Todas as providências tomadas, todas as ligações feitas. Deve ser para hoje às 5 horas da tarde. Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro? Impossível reconstituir os antecedentes. (Diário, 03 de outubro de 1930).*

- Vargas divulgou um manifesto conclamando o povo gaúcho às armas. Cinquenta mil voluntários alistaram-se nas tropas revolucionárias. (4/10)
- Vargas estabeleceu seu quartel-general em Ponta Grossa – PR, assumindo o comando das forças revolucionárias. (17/10)
- As tropas revolucionárias vindas do sul do país encontraram-se com enorme articulação militar dos governistas na cidade de Itararé – SP. Frente à ameaça de “uma revolução nacional como jamais tinham visto”, os militares dissidentes, liderados pelo general Tasso Fragoso, exigiam a renúncia de Washington Luís, que acabou por aceitar sua deposição. (24/10)
- Vargas tomou posse como chefe do Governo Provisório, após o país ter sido governados durante dez dias por uma junta militar. (03/11)
- Concedida anistia aos civis e militares participantes dos movimentos revolucionários ocorridos no Brasil a partir de 1922. (08/11)
- Criado o Tribunal Especial (11/11), para julgar irregularidades no governo anterior e demais fatores que pudessem comprometer a “obra de reconstrução revolucionária”. O Tribunal Especial transformou-se em Junta de Sanções, que, por sua vez, seria substituída, em setembro de 1931, pela Comissão de Correição Administrativa, que findaria em janeiro de 1933.
- Criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (14/11)

## 1931

- Promulgada a Lei de Sindicalização, de inspiração corporativista, regularizando a sindicalização das classes patronal e operária. (19/3)
- Criado em maio o Conselho Nacional do Café (CNC), substituído em fevereiro de 1933 pelo Departamento Nacional do Café (DNC), que federalizava a política cafeeira. O café era o produto mais importante da economia brasileira.
- Fundado o Clube 3 de Outubro, que consolidou a influência dos “tenentes” (oficiais

revolucionários) no Governo Provisório. Através desta organização, defendiam a adoção de medidas autoritárias, nacionalistas e trabalhistas (fevereiro).

- Promulgado o Código dos Interventores, reforçando o controle do Governo federal sobre os estados. O decreto vedava aos interventores contrair empréstimos sem prévia consulta ao Executivo e gastar mais de 10% da despesa ordinária com as polícias militares. (29/8)

### 1932

- Promulgado o novo Código Eleitoral, regulamentando as eleições em todo o país, instituindo o voto secreto, o voto feminino e a Justiça Eleitoral. (24/2)
- Concretizado um funding-loan (empréstimo para re-escalonamento da dívida externa), prática comum dos governos brasileiros após a Independência.
- Iniciou-se em São Paulo a Revolução Constitucionalista, pleiteando a redemocratização do país. Três dias depois, Vargas lançaria manifesto à nação denunciando o caráter “reacionário” do movimento. (9/7)
- Fundada, pelo jornalista Plínio Salgado, a Ação Integralista Brasileira (AIB), núcleo fascista que defendia o Estado integral, autoritário, nacionalista e anticomunista.
- Fim da guerra civil com a assinatura de um armistício que confirmava a derrota dos paulistas. (2/10)
- Vargas suspendeu por três anos os direitos políticos do líderes da Revolução Constitucionalista. (8/12)

### 1933

- Realizaram-se as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte (3/5): os regulamentos eleitorais contemplavam os deputados profissionais, eleitos pelos sindicatos, como representantes classistas, num total de quarenta, ao passo que os demais deputados, como representantes do povo, foram eleitos em cada estado pelo voto direto. A Constituinte começou a deliberar em 15 de novembro.

### 1934

- Promulgada a nova Constituição da República, que concretizava tanto ideais do liberalismo político quanto do reformismo econômico. (16/7)

- Vargas foi eleito pela Assembléia (via indireta) para a presidência constitucional da República, terminando assim o período do Governo Provisório. (17/7)

### 1935

- Criada em março, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento nacional de esquerda que defendia a estratégia do *front populaire*. Considerado o primeiro movimento nacional de massas com objetivos socialistas, nacionalistas e reformistas, pregava a suspensão definitiva do pagamento das dívidas do Brasil, proteção aos pequenos e médios proprietários de terra e ampliação das liberdades cívicas. No ano seguinte, Luís Carlos Prestes, líder comunista, foi escolhido para a presidência de honra.
- Sancionada a Lei de Segurança Nacional, definindo os crimes contra a ordem política e social, e atingia, inicialmente, militantes e simpatizantes comunistas. (4/4)
- Vargas decretou a dissolução da ANL por seis meses, após manifesto de Prestes pedindo o fim do “governo odioso de Vargas”. (13/7)
- “Intentona Comunista”, insurreição deflagrada em novembro sob a direção do Partido Comunista, com levantes nas cidades nordestinas de Natal e Recife, e no Rio de Janeiro. Facilmente sufocada pelo governo, ocasionou, nos meses seguintes, a prisão de vários líderes comunistas, entre eles Luís Carlos Prestes. Sua mulher, a alemã Olga Benário, anos depois, foi entregue à Gestapo (polícia nazista), sendo executada em um campo de concentração na Alemanha, em 1942.
- Declarado o estado de sítio e depois o estado de guerra. Iniciou-se um período de franca perseguição política.

### 1937

- Após federalizar as milícias estaduais, Vargas empreendeu um golpe de Estado, dissolvendo o Congresso e outorgando uma nova Constituição. O período que vai desta data até sua deposição, em 1945, conhecido como Estado Novo, caracterizou-se pelo cunho ditatorial, centralizar e pelo culto à personalidade. (10/11)
- Decretada oficialmente a dissolução dos partidos políticos. (2/112)
- Publicado o Código de Imprensa, que tornava ilegal qualquer referência considerada desrespeitosa às autoridades públicas (censura).

**1938**

- Repressão às atividades da direita organizada: dissolução de núcleos integralistas e proibição de jornais e de propaganda do movimento.
- Integralistas tentam o golpe contra o governo, invadindo a residência de Vargas. Dois dias depois, Vargas declarava que o *putsch* havia recebido “auxílio de fora”, ou seja, da Alemanha. (11/5)
- Criado o Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP), órgão federal que objetivava a melhoria dos padrões administrativos e que representava para o governo um controle maior sobre a burocracia federal.

**1939**

- Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), porta-voz autorizado da ditadura, encarregado da organização de homenagens ao presidente, manifestações cívicas e radiodifusão oficial. Encarregava-se também da censura aos meios de comunicação, tornando-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão até 1945. (27/12)

**1941**

- Depois de negociações com a Alemanha e com os Estados Unidos, o Brasil conseguiu um empréstimo a longo prazo de US\$ 20 milhões, concedido pelo Eximbank, destinado à construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).
- Assinatura de acordo para fornecimento de armas norte-americanas ao Brasil. Um mês depois, Vargas discursou em defesa do pan-americanismo, pedindo o fortalecimento militar do país. (1/10)
- O governo brasileiro concedeu permissão para que as forças aéreas norte-americanas pousassem regularmente em território nacional e proibiu as operações das companhias aéreas alemã e italiana, Condor e Lati, que tinham linhas no Brasil.

**1942**

- O Brasil adere aos Aliados (EUA, Inglaterra e URSS) na II Guerra Mundial, rompendo relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão. O rompimento com as forças do Eixo trouxe consequências imediatas cerca de 19 navios mercantes brasileiros

foram bombardeados pela marinha alemã, entre fevereiro de 1942 e março de 1943.

- O governo brasileiro reconheceu o “estado de guerra” contra a Alemanha e a Itália. (22/8)
- Vargas defendeu o envio de tropas brasileiras à II Guerra.
- Criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), instituição destinada à formação e especialização de mão-de-obra industrial, em nível de primeiro e segundo graus.

### 1943

- Editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compilação do conjunto de normas legais que regiam as relações entre empregados e empregadores. (1/5)
- Manifestações estudantis contra a ditadura são reprimidas pela polícia.
- Criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), divisão militar que participou da guerra, na Itália. (9/8)

### 1944

- Brasil assina os acordos de Bretton Woods, que originaram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Inter-americano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

### 1945

- A redemocratização do país começou a tomar forma com promulgação da Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Adicional, que previa eleições para a presidência da República, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as assembleias legislativas. (28/2)
- Fundada a União Democrática Nacional (UDN), partido formado pelos constitucionalistas liberais, opositores ao Estado Novo. Seria extinto pela ditadura militar em 1965. (7/4)
- Fundado o Partido Social Democrático (PSD), principal partido nacional no período de 1945 a 1965, caracterizado por seu tom conservador, um tímido reformismo social e um papel central na administração pública. (8/4)
- Fundado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), originado da estrutura sindical

corporativa do Estado Novo, e que representava o esforço de Vargas em institucionalizar sua popularidade entre os trabalhadores. (15/5)

- Manifestações populares defendem a permanência de Vargas no poder, através do slogan “Queremos Getúlio”. O movimento ficou conhecido como Queremismo.
- Promulgado decreto-lei antecipando para o dia de dezembro as eleições marcadas para maio de 1946 (10/10). Crescem as denúncias de que Vargas pretendia formar bases estaduais para manipular as eleições e preparar uma estratégia continuísta.
- Temendo que Vargas desrespeitasse o calendário eleitoral e desse um novo golpe para se manter no poder, os opositores, liderados pelos generais do Exército Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, cercaram o Palácio Guanabara, residência do presidente. Sem possibilidades conciliatórias, selava-se a deposição de Vargas, que assinou sua renúncia formal declarando: “A História e o tempo falarão por mim”. (29/10)
- Vargas vai para o “exílio” em São Borja. (31/10)
- Vargas atesta sua popularidade nas urnas, sendo eleito deputado federal em sete estados, e senador, em dois. Optou pelo cargo de senador pelo Rio Grande do Sul. (2/12).